



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Felix - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Caito Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 12: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto - Antonio Martins Annibelli - Dullio Genari - José Alves dos Santos; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antonio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Bioko; **PTB** – 11: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 024.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1994.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Domingos Carvalho e Luiz Carlos Alborghetti.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Costenaro Neto, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, e Rossoni (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões e Neivo Beraldin (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Partido Democrático Trabalhista, venho informar a V.Exa., que o Senhor Deputado Algaci Túlio, está reassumindo em todas as Comissões Técnicas para as quais fora anteriormente indicado.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) PAULO MAIA - Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 114/94, Mens. n° 027/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a participar pela COPEL de empresa distribuidora de gás canalizado.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 109/94, Mens. n° 028/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar seguros a Polícia Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 110/94, Mens. n° 029/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre gratificação aos servidores da Secretaria dos Transportes e ao DER.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 111/94, Mens. n° 030/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre equiparação dos valores da Polícia Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 108/94, Mens. nº 031/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento do Fisco, (FUNREFISCO), de natureza contábil.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 706/93, de sua autoria, que tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário ao Sr. Cândido Garcia.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que a Proposição nº 006/94 (Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 299/93), que figura em 13º lugar na Ordem do Dia da presente Sessão, se faça destacadamente.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, votação em destaque para a Proposição de Veto nº 018/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque na votação do Projeto de Lei nº 021/93, com veto apostado pelo Sr. Governador, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário destaque para a discussão e votação da Proposição nº 093/93 item 01 da Ordem do Dia da presente

Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque na Votação do Projeto de Lei nº 565/93, com veto apostado pelo Sr. Governador do Estado, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do item 07, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 250/93, que "dispõe sobre a Comercialização, Classificação e Recebimento do Fumo na Fonte de Produção e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 21/93 e 565/93, de sua autoria, que foram objeto de apreciação do Poder Executivo, Proposições nºs 105/93 e 015/94.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia, da Proposição nº 095/93 item 02 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o Retirada da Proposição nº 003/94, item 11, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 678 B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Proposição de veto nº 018/94, item 19 (dezenove), de autoria do Deputado Toti Colaço, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 767/93, de sua autoria, que inclui no calendário oficial do Estado, o Dia Universal da Umbanda.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Emilia Belinati.

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em ata da presente Sessão, Votos de pesar pelo falecimento da jovem MILENA BLEY RIBEIRO BONFIM, 19 anos, estudante do 2º ano de Direito na Universidade Católica do Paraná, estimada filha do Superintendente da L.B.A., no Paraná, Senhor Antenor Ribeiro Bonfim e Berenice Bley Ribeiro Bonfim.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar

no seguinte endereço: Av. das Azaléias, 288 - Curitiba -PR- CEP. 21210.170.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder.

REQUER:

Após ouvido o Plenário, a transcrição em ata da presente Sessão, de um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Aristides Flora dos Santos, ocorrido no dia 04.04.94, no Município de Santa Amélia-PR.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Aristides Flora dos Santos, foi uma daquelas pessoas para quem a vida comunitária fazia parte de sua própria existência.

Conhecido por TIDÃO, irradiava o desejo de um mundo melhor e o otimismo no futuro.

Participou, ativamente, na vida de Santa Amélia, como Vereador, presidente de Clube, de associação escolar, tomando parte em todas as questões que diziam respeito ao progresso da cidade.

Deixa viúva a Senhora Santina Figueiredo dos Santos, companheira extensa e as filhas Maria Aparecida dos Santos Souza e Maria Cecília Santos.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Teixeira Osterneck, ocorrido nesta Capital.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 75 anos de idade, faleceu, nesta Capital, o industrial Carlos Teixeira Osterneck, deixando viúva a Senhora Ariete Ribas Osterneck.

Carlos Teixeira Osterneck, que era um dos proprietários da Água Mineral Ouro Fino e que foi vogal da junta Comercial do Paraná, deixou enorme lacuna, não apenas no seio da família, mas no vasto círculo de amigos dentre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Carlos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O passamento de Carlos Osternack deixou também um imenso vazio entre a classe empresarial paranaense, onde gozava de grande estima.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Osternack, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da jovem Milena Bley Bonfim, ocorrido de forma trágica em 04 de abril próximo passado, nesta Capital Requeiro, ainda, que, do presente seja dada ciência à família, através do Senhor doutor Antenor Bonfim, Mui Digno Superintendente da L.B.A., à Alameda das Azaléias, 288- Conjunto Portal Barigüi - Campo Comprido- CEP- 81.210.170- Nesta Capital.

Sala das Sessões, 05.04.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Maria Elias Chaiben, ocorrido no dia 04 de abril de 1994, no Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Na concepção, dos que realmente vivem a vida, desfrutando de amizades sinceras e recebendo sempre os incentivos naturais, a dor sentida pela morte de um ente querido é fator de profundos sentimentos.

Afastado de sua genitora, que residia no Estado de Minas Gerais, o Diretor do Jornal Diário do Litoral, Senhor Gilberto Elias Chaiben, recebeu a notícia de seu falecimento, sua mãe a Senhora Maria Elias Chaiben.

Sentimos a mesma dor, já que temos uma consideração especial pelo citado integrante da sociedade parnanguara, por essa razão, registramos o pedido de um voto de pesar à Senhora Maria Elias Chaiben, e re-

queremos seja enviado cópia desse nosso requerimento para a família no endereço Rua Marechal Deodoro, 185 - CEP-83203-040-Paranaguá-Pr.

REQUERIMENTO N° 659

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento da estudante Milena Bley Bonfim, ocorrido nesta Capital no dia 04 de abril próximo passado.

Sala das Sessões, em 05.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Filha de Antenor Ribeiro Bonfim e Berenice Bley Bonfim - família das mais queridas de nossa Capital - Milena tinha 19 anos e cursava Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O falecimento de Milena Bley Bonfim, vítima da violência desenfreada que assola Curitiba e as demais grandes cidades do País, comoveu a população curitibana, especialmente aqueles que têm laços com sua família.

Esse transe, que atinge também o Poder Legislativo do Paraná, deve fortalecer cada um dos Senhores Deputados estaduais, bem como os demais segmentos da nossa sociedade, na luta contra a violência, por um tempo de paz, onde possamos viver e criar nossos filhos.

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Fidêncio Cioli, ocorrido dia 26 de março em Ponta Grossa.

O Sr. Fidêncio era muito estimado, tinha muitas amizades, e com certeza amigos e parentes sentirão sua falta.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Antonio Branco - 251, Bairro Uvaranas, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Josiane Maria de Almeida, ocorrido dia 1° de abril em Ponta Grossa.

Pessoa de grande estima, caridosa, que

olhava pelo irmão desamparado, que com seu passamento deixará amigos e parentes com saudades.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Beco São Lucas nº 02, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do jovem Osório de Almeida Taques Netto, ocorrido dia 04 de abril em Ponta Grossa.

Pessoa bem relacionada, de grande capacidade intelectual, que com sua morte deixará muitos amigos e parentes com saudades.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Santos Dumont - 1510, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do augusto Plenário, o encaminhamento dos votos de condolências da Casa ao Senhor Antenor Bonfim e família pela perda irreparável da filha e irmã Milena Blei Bonfim, funcionária da Secretaria da Educação do Governo do Paraná, em data de ontem.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento trágico da jovem Milena Bley Bonfim, filha do ex-Secretário de Estado, Antenor Bonfim.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Emilia Belinati.

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão e formulado à família enlutada, um voto de profundo pesar pelo falecimento do estudante Eduardo José Jarek, ocorrido no dia 04 de abril próximo passado, nesta Capi-

tal.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO JUSTIFICATIVA:

Filho de Vera Lúcia e Jerônimo Jarek, tradicional família de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, EDUARDO JOSÉ tinha 15 anos e era estudante secundarista.

Vítima de lamentável acidente, Eduardo José deixa grande saudade e dor entre a população de Campo Magro e, principalmente, entre aqueles que o conheceram e mantêm laços com sua querida família.

Recebam os familiares os sinceros votos de pesar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do Deputado autor do presente.

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS e a MULCHING SIX DO BRASIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORRETIVOS LTDA, pela inauguração da Incubadora Tecnológica em São Mateus do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Senhores Diretores das referidas empresas, bem como ao Senhor Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito e a todos os Senhores Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A inauguração, em data de 24 de março último, da Incubadora Tecnológica de São Mateus do Sul surgiu com o objetivo de amparar novas empresas no desenvolvimento de produtos ou serviços que possam alcançar consumidores em potencial, estimulando a economia da região em que estiver instalada. É um empreendimento conjunto de diversas instituições, objetivando oferecer condições favoráveis ao surgimento de novas empresas que utilizem e desenvolvam novos processos e produtos a partir do xisto. Com apoio público e privado, que abriga microempresas de base tecnológica. Além de ambiente propício e espaço físico, as empresas incubadas compartilham de infra-estrutura técnica administrativa. Após o período de incubação, as empresas deverão ter condições de seguir independentemente, abrindo espaço para novos incubados.

Trata-se de empreendimento principal elemento viabilizador para o progresso de industrialização de toda a região de São Mateus do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com o PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, bem como a MULCHING SIX DO BRASIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORRETIVOS LTDA, esta, a primeira Empresa incubada, cumprimentando seus Diretores e colaboradores, bem como a população de São Mateus do Sul, certo de que o progresso é o resultado do trabalho diuturno de todos que labutaram em prol de mais este grande empreendimento.

REQUERIMENTO N° 667

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, conste na ata de hoje votos de congratulações pela passagem do 175° aniversário do Município de Palmeira.

O Município de Palmeira chega aos 175 anos no próximo dia 07 de abril, com grande progresso, onde o fator decisivo para isto acontecer foi a garra e a força de vontade dos municípios daquela cidade.

A população de Palmeira é digna de respeito e admiração, pela transformação que vem realizando em todos os setores daquele Município.

Requer ainda, que da decisão esta Casa, seja dado ciência ao Prefeito Municipal de Palmeira, Senhor Altamir Sanson, ao Vice-Prefeito, Senhor José Przybywski, bem como a todos os vereadores e a população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Senhor Luiz Fernando Tatara Ribas, pela sua designação para a Chefia do Cerimonial do Palácio Iguazu por escolha direta do Excelentíssimo Senhor Governador Mário Pereira.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Mário Pereira e ao Senhor Luiz Fernando Tatara Ribas.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Luiz Fernando Tatara Ribas, nasceu em Curitiba a 8 de dezembro de 1944. Filho de José Gluck Ribas e Elidia Tatara Ribas. Casado com Dione Maria Daros Ribas. Tem 03 filhos: Luis Otávio Daros Ribas (21 anos), Rafael Daros Ribas com 19 anos e Ana Raquel Ribas com 15 anos.

Cursou o 1° e 2° graus no Colégio Bom

Jesus de Curitiba. Curso de Direito incompleto.

Em 1962 foi nomeado funcionário do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Ocupou vários cargos, entre os quais o de Contador Geral da Assembléia Legislativa e Chefe de Relações Públicas.

Em 1977, passou a ocupar a Chefia do Cerimonial e Relações Públicas, cargo esse que coordena todos os eventos do Poder Legislativo.

Durante sua administração, organizou as posses dos Governadores desse período, simpósios, encontros, entre eles, os da União Parlamentar Interestadual (órgão que congrega os Deputados Estaduais do Brasil).

Colaborou com sua experiência, em cursos ministrados a alunos de Faculdades relacionados à sua atividade como também a estagiários do Poder Legislativo.

Prestava atendimento às Câmaras Municipais do Paraná na organização de eventos.

Participou da elaboração de diversas publicações sobre o Legislativo.

Coordenou visitas de Missões Estrangeiras e Missões de parlamentares paranaenses ao exterior, assim como todos os atos de gala: Sessões solenes e entregas de Títulos de Cidadania. Ex.: Dr. Albert Sabin e Papa João Paulo II.

Durante sua vida profissional recebeu diplomas e medalhas de mérito entre elas a de "Honra ao Mérito da Sociedade Brasil-Japão" e Medalha de Prata da Universidade Federal do Paraná, por ocasião da comemoração dos 75 anos de sua fundação. Recentemente recebeu o Prêmio Cidade de Curitiba, outorgado pela Câmara Municipal de Curitiba. (março de 1993).

Teve oportunidade de conhecer, durante esse período, vários países, podendo assim, enriquecer seus conhecimentos, dentre eles: os países da América do Sul, Europa, África, Oriente e mais recentemente Estados Unidos e Canadá.

É da mais alta significação para todos nós, membros do Poder Legislativo Paranaense, a designação de Luiz Fernando Tatara Ribas para o elevado cargo de Chefe do Cerimonial do Governo do Estado, por possuir ele as qualidades marcantes, personalidade e competência orgulhando a todos os seus colegas de trabalho, cabendo-nos referenciar sua atuação neste Poder que no decorrer dos tempos, proporcionou esta formação de tanto brilho.

Para caracterizar a lacuna deixada nesta Casa de Leis, transcrevemos o pensamento (de Bernardo Soares, heterônimo de Fernando Pessoa, a lembrança das coisas que - sempre se vão. Que nossas vidas fi-quem, cada vez mais, cheias de tudo).

"Para viajar basta existir.

Vou de dia para dia, como de
estação para estação,
no comboio do meu corpo,
ou do meu destino, debruçado
sobre as ruas e praças,
sobre os gestos e os rostos,
sempre iguais e sempre diferentes,
como afinal, as paisagens são".

É por este ângulo que vemos a atuação
acertada do Governador Mário Pereira no
que diz respeito a referida indicação.

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER à Mesa, após ouvido o douto e so-
berano Plenário, seja encaminhado expediente
ao Exmo. Sr. Mauro Goulart, Secretário de
Estado da Saúde, solicitando a construção
de um Centro de Saúde com funcionamento de
24 horas, com área de construção de
720m., no Município de Peabiru.

Nesse Centro de Saúde, a prioridade de
suas atividades operacionais terá como ob-
jetivo principal, a diminuição da mortali-
dade infantil, com a realização de pré-na-
tal, atendimento de emergência de aciden-
tados, saúde da criança, do adolescente e
do idoso, etc.

A proposição, cumprirá seus objetivos,
assim que for implantado, pois, rompe com
o modelo que privilegia a doença e pune o
doente.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER à Mesa, após ouvido o douto e so-
berano Plenário, seja encaminhado expe-
diente ao Exmo. Sr. Mauro Goulart, Secre-
tário de Estado da Saúde, solicitando a
liberação de recursos financeiros para
aquisição de equipamentos para o Laborató-
rio de Análise Clínicas do Município de
Quinta do Sol.

A presente solicitação, tem como obje-
tivo, fornecer maior atendimento à popula-
ção na área da saúde.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais, e
após ouvido o douto Plenário, REQUER envio
de expediente ao Exmo. Presidente da Com-
panhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR,
a fim de que viabilize estudos quanto a
possibilidade de instalação de uma rede de
esgotos no bairro de São Pedro Sabará, no

Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação dos moradores é antiga
e procedente, principalmente levando-se em
conta o grande número de moradores no re-
ferido bairro e o agravante da região pos-
suir um terreno constituído, essencialmen-
te, por terras saibrosas que não absorvem
a água das fossas, gerando grandes
transtornos à população, principalmente no
que se refere à saúde.

REQUERIMENTO N° 668

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o douto Plenário, en-
vio de expediente ao Secretário da Educa-
ção, Sr. Olivir Gabardo, solicitando que
seja resolvido o impasse entre a Secreta-
ria e o Município de Ponta Grossa, no to-
cante a municipalização do ensino em Ponta
Grossa.

A situação das escolas estaduais em
Ponta Grossa continua indefinida. O ensino
pré-primário foi praticamente extinto,
tanto que somente uma escola estadual o
está mantendo devido a ajuda da Prefeitura
Municipal. Para 95 o quadro chega a ser
assustador, pois o 1° ano do primário deve
ser extinto nas escolas estaduais.

A situação será caótica, com milhares
de crianças na busca de um local para es-
tudar.

É necessário que seja feito um acordo
urgente entre a Prefeitura e a Secretaria
para que as crianças de Ponta Grossa não
venham a ser mais prejudicadas.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso das suas atribuições regimentais,
REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o
envio de expediente à FUNDEPAR, solicitan-
do auxílio imediato para a complementação
de recursos para aquisição de gêneros pa-
ra a merenda escolar do Colégio Estadual
Princesa Isabel - Ensino de 2° Grau, Muni-
cípio de Araruna - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em se tratando de uma instituição de
ensino de 2° grau cuja maioria de alunos é
oriunda da zona rural, predominando jovens
que desempenham funções temporárias com
suas famílias (bóias-frias), e fato incon-
teste que padecem de todas as necessidades
próprias dessa sofrida categoria.

Após as suas lides, os alunos dirigem-

-se diretamente à escola, onde permanecem por longo período, e chegam às suas casas altas horas da noite, sem terem tido durante o dia, uma refeição adequada para fornecer-lhes os nutrientes necessários para um bom aprendizado.

Por tratar-se de uma questão eminentemente humanitária, rogamos o aval dos nobres Pares desta augusta Casa, através da sua aprovação ao proposto.

REQUERIMENTO Nº 678-A

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos de hoje, a matéria com o título IV MÜNCHEN FEST: VALEU A PENA?, que foi redigida pelo jornalista Luiz Carlos Castilho, no Jornal Diário da Manhã do dia 03 de abril.

Segue em anexo a cópia da matéria.

REQUER ainda, dar ciência ao Jornal Diário da Manhã, em nome do redator chefe Edgar Hampf, e ao jornalista Luiz Carlos Castilho em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita, no Município de Cândol, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Foz do Jordão, com área de 213,3 Km.

"Inicia-se no Km 404,7 da Rodovia BR-373 que liga a BR-277 a Pato Branco; deste ponto segue por linha perimétrica cruzando um banhado até a nascente do córrego denominado Talaveira, segue acompanhando o referido córrego pela margem direita no sentido descendente, confrontando com o Município de Cândol no sentido Sudoeste até o Rio Jordão; deste segue pela margem direita do referido rio, agora confrontando com o Município de Pinhão, no sentido Sudoeste até o Rio Iguaçu, deste segue pela margem direita do referido rio, agora, confrontando com o Município de Manguaírinha, no sentido Sudoeste até o Km 427 da BR-373, cabeceira da ponte que liga Cândol a Manguaírinha, deste segue pela referida Rodovia no sentido Noroeste, confrontando com o Município de Condol até o Km 404,7 da rodovia BR-373 onde iniciou-se e encerra-se a presente descrição".

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de Foz do Jordão: área: 217,85 hecta-

res.

"Iniciando o marco O-PP cravado nas confluências de terras pertencentes a CRISTIANO WOLFF e margem direita da Estrada Municipal GA-520 sentido BR-373 Segredo, deste marco segue com o azimuth AZ-113° 33'57" e distância de 330,41m. confrontando com CRISTINA WOLFF até o marco nº 01; deste segue com AZ 206°17'05" e distância 89,56m, até o marco nº 02, com AZ 206°36'56" e distância 122,88 m. até o marco nº 03, com AZ-206°6'46" e distância 112,62 m. até o marco nº 04, com AZ-291°25'29" e distância 124,57m. até o marco nº 05, com AZ-193°02'35" e distância 494,41 m. até o marco nº 07, com AZ-94°36'38" e distância 291,06 m. até o marco nº 08 todos confrontando com o Reflorestamento Morro Verde (Trombini); deste segue com AZ-183°16'14" e distância de 261,60 m. até o marco-09, AZ-190°50'19" e distância de 199,93 m. até o marco 10, AZ-271°17'53" e distância de 53,99 m. até o marco 11, AZ-281°44'57" e distância de 92,53 m. até o marco 12, AZ-180°46'15" e distância de 167,57 m. até o marco 13, todos margeando a Estrada de acesso ao Aeroporto e confrontando com VINÍCIOS REIS e outros; deste segue com o AZ 217°39'34 e distância de 157,44 m, até o marco 14, com AZ 269°07'37" e distância de 82,85m até o marco 15, com AZ 183°19'05" e distância de 287,84m até o marco 17, com AZ 346°37'47" e distância de 310,45m até o marco 18, com AZ 281°39'43", e distância de 289,99m, até o marco 19, com AZ 270°45'13" e distância de 137,91m até o marco 20, todos confrontando com João Maurina, deste segue com AZ 329°56'17" e distância de 90,92m até o marco 21, com AZ 330°19'30" e distância de 613,98m até o marco 22, confrontando com ALDINO HITINGER, deste segue com AZ 327°31'52" e distância de 101,96m até o marco 23, com AZ 328°09'43" e distância de 104,20m até o marco 24, com AZ 274°52'43" e distância de 92,99m até o marco 25, com AZ 38°58'25" e distância de 309,56m até o marco 26, AZ 49°23'25" e distância de 94,37m até o marco 27, com AZ 33°37'40" e distância de 81,99m, até o marco 28 com AZ 37°44'13" e distância de 501,94m, até o marco 29, todos confrontando com ZALMIR FARIAS e outros; deste segue com AZ 105°15'51" e distância de 128,98m até o marco 30 com AZ 103°36'41" e distância de 115,53m até o marco 31 com AZ 99°54'02" e distância de 68,90m até o marco 32, todos confrontando com WALTER PFLANZER deste segue com AZ 82°00'20" e distância de 343,26m até o marco 33, com AZ 359°16'10" e distância de 199,61m até o marco 34, com AZ 124°08'30" e distância de 61,55m até o marco 35, confrontando com IDAVINO POSSAMAS, e finalmente deste segue com AZ 110°48'25" e dis-

tância de 196,59m confrontando com CRISTIANO WOLFF até o marco nº 0 - PP, onde iniciou-se e encerra-se a presente demarcação.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Domingos Carvalho, Rossoni e Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os jornais de hoje publicaram uma matéria dando notícia de que numa conversa do Deputado Algaci Túlio com Vossa Excelência foi sugerido que alguns Deputados fizessem parte da Comissão para apreciação de veto para contagem de voto, e um dos Deputados indicado foi o Deputado Dalton Machuca, que teria carteirinha de ausente nesta Casa. Ocorre, Senhor Presidente, que o Senhor Deputado Dalton Machuca foi vítima de um acidente e comunicou à Presidência desta Casa no dia 14 de março pelo Ofício nº 13/63 que estaria ausente nos dias 14, 15, 16 e 17, no dia 21 de março ele renovou seu pedido de licença pelo Ofício nº 13/66, no dia 29 de março pelo Ofício 13/69 ela solicitava mais licença e justificava a sua ausência para os dias 29 e 30. Portanto, houve um equívoco por parte do Deputado Algaci Túlio ao fazer essa informação à imprensa e a Vossa Excelência porque o Senhor Deputado Dalton Machuca teve o cuidado, teve a preocupação e o dever regimental de comunicar à Casa a sua ausência porque ele está imobilizado e somente amanhã poderá estar presente nos trabalhos da Assembleia Legislativa.

É uma justificativa de público, tenho obrigação de fazer e peço que se registre em ata essa posição do Senhor Deputado Dalton Machuca.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente justificado por Vossa Excelência as ausências do Deputado Dalton Machuca.

Deputado Florisvaldo Fier com a palavra no Pequeno Expediente.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a semana passada estive nesta mesma Tribuna cobrando do Governo do Estado a ação para que fosse resolvida a greve dos servidores que execu-

tam o nosso programa que é ligado à Secretaria de Indústria e Comércio.

São 24 servidores que têm tido o seu salário atrasado constantemente, várias vezes no ano passado o salário atrasou. O 13º salário também atrasou, e hoje já faz mais de uma semana que esses trabalhadores paralisaram os serviços porque não receberam os salários de fevereiro e março. E ao procurar as autoridades que deveriam resolver, às vezes, inclusive, ficam esperando mais de hora e quando são recebidos somente vê o problema protelar.

Quando procuram o Chefe imediato o Senhor Gilson Santos, são vítimas de ironia, vítimas de gozação desse Senhor que deveria agilizar o pagamento desses trabalhadores, que deveria fazer com que essas famílias que hoje passam necessidades, fosse imediatamente atendidas uma vez que estão sendo vítimas do seu próprio Gilson, e vítimas da administração pública do Paraná que deixa que atrase o pagamento. Esses servidores têm procurado várias vezes a administração, como não têm sido atendidos eles vão procurar essa semana a Delegacia Regional do Trabalho aonde já marcaram audiência para quinta-feira. Querem ir na Delegacia discutir o recebimento do salário atrasado, a falta do depósito por parte da Secretaria da Indústria e Comércio, do INSS que não o faz desde agosto de 93, e também do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Alega o Senhor Gilson que ele não pode efetuar o pagamento porque o nosso programa não está em dia na sua prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Se não está em dia é porque eles, os chefes, foram responsáveis para cometer alguma irregularidade ou por ter cometido alguma irregularidade na prestação de contas. E ao fazer isso quem é vítima tem sido esses trabalhadores.

Também vão entrar com uma ação cautelar pedindo a garantia de pagamento, uma vez que os responsáveis do Governo do Estado não têm se preocupado. Junto à Procuradoria Regional do Trabalho também vão oficializar essa situação e solicitar providências dessa Procuradoria, porque não dá mais para serem submetidos a salários, primeiro, miseráveis, e segundo, atrasado, chegando, como disse na semana passada a ter servidor que chegando o horário da saída do serviço, indo ao médico esse recomendou que ele se alimentasse. Alimentar-se com o quê, se o salário está atrasado e é impossível comprar qualquer tipo de alimento.

Dessa Tribuna nós cobramos do Líder do PMDB que faça gestão junto à Administração Pública para que esses salários desses trabalhadores ligado ao nosso programa da Secretaria da Indústria e Comércio seja

imediatamente pago, e que, também, o Líder do PMDB comunique o Governador que tomou posse recentemente, para que se ele não sabia ele fique sabendo da situação desses trabalhadores e agilize solução.

Queremos que a Bancada Governista faça gestão, porque quando nós fazemos dizem que é porque somos da Oposição e estamos criticando, mas nós não estamos criticando levianamente, mas sim porque a situação desses servidores não pode permanecer, é insustentável, uma vez que não receberam os salários de fevereiro e nem março. Portanto, cobramos do PMDB e da Bancada de sustentação que agilize junto ao Governo do Estado o pagamento imediato desses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, eu me inscrevi no Pequeno Expediente e na sequência no Horário da Liderança do PMDB para registrar aqui, Senhor Presidente, a nossa volta a esta Casa já que daqui saí aproximadamente um ano e meio atrás para servir o Governo Roberto Requião como seu Secretário do Estado da Justiça e Cidadania.

Durante a nossa curta, porém, tensa gestão à frente daquela pasta, procuramos sempre destacar a condição de representante do Poder Legislativo, de Parlamentar que sou, e que, portanto, me sentia investido naquele importante cargo como representante desta Casa. E é por esta razão que pretendo dar, aqui, algumas informações a título de prestação de contas, de que nós, em nome deste Poder, representando a todos os colegas Deputados Estaduais, conseguimos fazer neste ano e meio, aproximadamente, de gestão, como Secretário da Justiça. Assim que assumimos a Secretaria, a primeira providência que tomamos foi buscar conhecer, profundamente, a realidade prisional do nosso Estado. Até porque a Secretaria da Justiça tem, no sistema penitenciário, no seu grande setor, no seu grande lado e a sua grande área pesada e difícil dentro do contexto político-administrativo de competência daquela pasta. Os técnicos do sistema penitenciário, aliás, os competentes técnicos do sistema penitenciário fizeram um diagnóstico, atendendo a nossa solicitação, que eu denominei de "radiografi", e mostrou, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um quadro extremamente preocupante. Primeiro que no Paraná, temos hoje, uma população prisional em torno de 8000 pessoas: 4 mil nas cadeias da capital e do interior e 4 mil nas unidades prisionais diretamente subor-

dinadas à Secretaria da Justiça.

Mas mostrou ainda, esse diagnóstico, mostrou que o preso paranaense é muito jovem, a média de idade de 26 anos. De nível de escolaridade muito baixa. De condições econômico-financeiras extremamente baixas. Noventa por cento dessa população prisional é pobre e miserável. Mostrou também que a grande maioria dos nossos presos é constituída de pessoas sem qualificação profissional. Mostrou também que a grande maioria dessa população não tem praticamente, vínculo familiar nenhum e que setenta por cento dessa população prisional está hoje cumprindo pena pelos mais diferentes delitos contra o patrimônio: desde um simples furto até o assalto a mão armada. Em que, grande parte deles, por ter ido ao crime como única forma de sobrevivência, gostariam de ter uma oportunidade de se reintegrarem ao convívio social.

Nós, de posse desse diagnóstico, procuramos pôr em prática uma política penitenciária que pudesse estar alicerçada em duas bases fundamentais: a primeira é de que o preso paranaense, passível de recuperação ou não, mas, sobretudo aquele com possibilidade de ser recuperado tem que ter uma oportunidade.

E essa oportunidade passa pelo trabalho. Decidimos que na população prisional sob nossa competência, não haveria de ter nenhum preso sem estar devidamente ocupado: com serviços internos dentro das prisões ou com serviços externos, dependendo do regime prisional que ele estivesse submetido.

Conseguimos uma verdadeira façanha. Hoje tenho a satisfação de anunciar a esta Casa que dentro do sistema penitenciário paranaense, no mínimo, noventa por cento da população prisional está trabalhando em alguma atividade. E a segunda base fundamental é a outra forma de ocupação através da educação, da educação orientada com base numa parceria que fizemos com a Secretaria da Educação e hoje temos um índice expressivo do sistema penitenciário que freqüentam regularmente o ensino supletivo de primeiro e segundo grau dentro das nossas prisões.

Por que é que nós nos preocupamos com esta questão da forma como enfrentamos o problema: primeiro porque o diagnóstico mostra que o preso é muito jovem, segundo, porque a média de pena desses presos é relativamente baixa; terceiro, porque não seria lícito por parte do Estado ignorarmos estas pessoas recolhidas em nossas prisões sem aproveitarmos o tempo em que elas passaram dentro das unidades prisionais, conseqüentemente, das repartições públicas do Estado e submetermos essas pessoas a um aprendizado, a uma assistência que passasse pela assistência jurídica

até assistência psicológica, espiritual e educacional, porque todo dia, de acordo com a lei vigente, as nossas prisões liberam pessoas que já cumpriram suas penas e conseqüentemente pagaram suas dívidas.

E fico a imaginar se o Estado não aproveita o tempo em que essas pessoas estiveram recolhidas em órgãos públicos sob sua responsabilidade para desenvolver ali um projeto de recuperação o Estado no mínimo se omitiu...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. passa a falar no horário da Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Estado no mínimo se omitiu com o seu dever, dever legal e constitucional de pôr em prática uma política penitenciarista voltada à recuperação dessas pessoas, até porque eu disse em muitas oportunidades e vou repetir aqui: se o Estado investe na recuperação do lixo, por que não investir na recuperação das pessoas. Se o Estado acredita que objetos materiais, sem vida, são passíveis de serem reciclados, porque não acreditar que seres humanos, que pessoas, muitos jovens, também sejam capazes de serem recicladas e de serem devolvidas ao convívio da sociedade.

Ademais, o custo de um preso para a sociedade é extremamente alto porque nesse custo se imbuete desde o custo de manutenção do órgão, folha do pessoal, despesas de toda a ordem até despesas mais elementares para poder guardar aquele preso com um mínimo de condição humana.

Então, é muito mais barato para a sociedade através do Estado investir, aproveitar a passagem do preso pelas penitenciárias e atacar direta e objetivamente a questão da recuperação dele, porque cada preso que recebe um mínimo, Deputado Toti Colaço, de assistência correta do sistema penitenciário paranaense, em tese, Deputado Domingos Carvalho, é um preso a menos a ocupar as nossas superlotadas prisões. É um preso a menos a ocupar a cadeia de Castro, é um preso a menos, Deputado Severino, a ocupar a superlotada cadeia de Assaí, é um preso a menos a ocupar esse nefasto centro de triagem da Polícia Civil aqui na Capital do Estado.

Diante desta realidade, não medimos esforços, não nos omitimos em um único minuto durante a nossa gestão para atuar direta e objetivamente na recuperação do preso.

Se recuperamos muitos só o tempo é que dirá, mas a certeza que temos e a convicção íntima muito forte é de que este trabalho vai produzir extraordinários resultados sob o ponto de vista da aplicação

correta da lei, da aplicação correta do dinheiro do povo muito especialmente no que diz respeito a humanização dos presídios.

O Sr. Toti Colaço - Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado José Tavares, não poderia neste instante, de forma e hipótese alguma, de deixar de solicitar um aparte para poder daqui, da cadeira, lhe parabenizar.

Quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho pela sua passagem pela Secretaria de Estado da Justiça. V. Exa. assumiu a Secretaria com extrema dificuldade, sem recursos e com problemas de toda a ordem, uma Secretaria apática, e V. Exa., pela sua competência, V. Exa. fez da Secretaria de Estado da Justiça uma Secretaria atuante e muito respeitada no Estado do Paraná e fora do nosso Estado. V. Exa., temos tido a oportunidade seguidamente, mesmo na sua ausência, de destacar seu trabalho junto ao Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. Além do atendimento dado aos detentos, aos internos de todo o Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. Além do atendimento dado aos detentos, aos internos de todo o Sistema Penitenciário V. Exa. também teve a oportunidade de abrir a Defensoria Pública praticamente em todos os Municípios do Estado do Paraná, foram centenas de convênios firmados com Prefeituras, com Universidades, com Faculdades, facilitando principalmente a vida daqueles pequenos delinqüentes esparramados em todos os rincões de nosso Estado. Além da Defensoria Pública, convênios firmados também através do pró-egresso, do pró-cidadania, e assim por diante. V. Exa. honrou esta Casa como Parlamentar e como Secretário de Estado, desta forma, eminente Deputado, receba da Bancada do PMDB, e acredito, de todos os demais Parlamentares desta Casa, os nossos cumprimentos, os nossos parabéns, porque V. Exa. realmente honrou e dignificou principalmente o Parlamentar à frente da Secretaria de Estado da Justiça.

Meus parabéns.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado Deputado Toti Colaço pelo seu aparte, pelas suas palavras.

E realmente Exa. e nobres colegas, procuramos resgatar uma série de compromissos de políticas, de ações da Secretaria da Justiça para com a comunidade paranaense. Mas ainda sobre o Sistema Penitenciário, já que é o lado mais difícil da Secretaria da Justiça, procuramos desenvolver uma série de ações, tendo sempre como base da nossa conduta a recuperação do preso do Paraná. Não entendemos de ou-

tra forma uma política penitenciária que não tenha como objetivo maior recuperação da pessoa que está cumprindo uma pena, pagando uma dívida para com a sociedade numa dessas unidades prisionais. E nessa direção colocamos em prática um projeto ousado de interiorização dos presídios, por que a interiorização dos presídios Exa.? Porque somos do interior e achamos que a Capital e a Região Metropolitana de Curitiba já deu demais para o Estado do Paraná nessa questão da política penitenciária.

Desde que o Estado existe apenas em Curitiba e no complexo Piraquara-Pinhais é que existem unidades prisionais para acolher todo o contingente de pessoas que são condenadas no interior do Estado para cumprir suas penas aqui. Então, chegou o momento de resgatarmos essa dívida para com Curitiba e com a Região Metropolitana; e mais, porque entendemos que quanto mais o preso estiver próximo de suas famílias mais facilmente ele será passível de ser recuperado, até porque são pessoas pobres como disse no início e a família não tem condições financeira, não tem tempo de estar aqui em Curitiba, Piraquara e Pinhais para assistir o seu parente, o seu filho, o seu marido, seja lá quem for da sua família aos domingos, que são exatamente os dias destinados às visitas. E pudemos detectar, o papel da família é fundamental na recuperação desse jovem preso do nosso Estado. Por isso, iniciamos um projeto de interiorização dos presídios...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente.

Dentro desta visão de interiorização dos presídios, acabamos com a grande vergonha da Cidade de Londrina, que é a história do seu cadeia da Rua Sergipe. Construímos uma penitenciária com capacidade para 400 presos, no regime fechado. Recolhemos além dos presos da cadeia da Rua Sergipe, que historicamente conseguimos desativar, de mais 26 comarcas da Região Norte do Estado, e em todas essas cadeias, inclusive a de Londrina os presos não trabalhavam, não se ocupavam, não recebiam nenhum tipo de assistência voltada a sua recuperação como manda a Lei de Execuções Penais.

Hoje na Penitenciária Estadual de Londrina todos eles estão trabalhando, estão se profissionalizando, estão recebendo educação através do Supletivo e o mais importante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que para cada três dias trabalhando, reduz um dia na pena de cada preso, conforme manda a Lei de Execução Penal.

Portanto são ações concretas, objeti-

vas, visando diminuir a superlotação, visando cumprir a Lei de Execuções Penais e visando sobretudo, ao fazer justiça, recuperar o preso que sempre foi estigmatizado, sempre foi revoltado, sempre foi indignado com a forma como o Estado lhe tratou.

Fomos para Maringá, Sr. Presidente, estamos construindo em Maringá uma penitenciária semelhante a de Londrina, para resolvermos da mesma forma, como Londrina, os problemas prisionais da Região de Maringá e da Região Noroeste com sede em Paranavai.

Estamos concluindo a penitenciária, ou melhor a Colônia Penal Agrícola de Tamara- na, uma obra iniciada há 12 anos e que estava completamente abandonada. Será a primeira Colônia Penal Agrícola do interior do Estado, com capacidade para no mínimo cem presos.

Construímos e já inauguramos o único Hospital Penitenciário do Estado do Paraná. Com isso, nós acabamos com os constrangimentos causados diariamente nos hospitais da rede pública e privada de Curitiba e Região Metropolitana, com as constantes remoções de presos, escolta de presos juntamente com pessoas que nada têm a ver nas nossas enfermarias das nossas unidades hospitalares.

Ampliamos a Colônia Penal Agrícola de Piraquara em mais 600 novas vagas, com isso trouxemos do interior do Estado mais de 700 presos que estavam injustamente superlotando as nossas prisões nas cadeias do interior do Estado e cumprindo pena em regime contrário ao que dispunha a Lei de Execução Penal.

Senhor Presidente, é uma pena que o tempo não me permite continuar o meu relato, mas Senhor Presidente, fizemos o que foi possível.

Quero através de um poema que não é meu, do Henfil, deixar aqui a forma como nós nos comportamos à frente da Secretaria da Justiça.

O Henfil disse no poema o seguinte:

"Se não houver frutos
Valeu a beleza das flores.
Se não houver flores
Valeu a sombra das folhas.
Se não houver folhas
Valeu a intenção da semente".

Foi dessa forma que nós nos comportamos à frente da Secretaria da Justiça, trabalhando, trabalhando, trabalhando, tendo como única e efusiva preocupação, cumprir e fazer cumprir aos compromissos que nós assumimos com a população do Paraná, quando nos elegemos Deputado e quando fomos convocados em nome desta Casa para servir o Governo Roberto Requião.

Numa segunda oportunidade, contando

com a compreensão de Vossas Excelências, pretendo usar esta tribuna para falar do outro lado das nossas atividades na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Por demais, quero agradecer esta oportunidade e dizer que recebi da Assembléia Legislativa todo tipo de manifestação positiva que um colega deve receber quando convocado para representar a Casa no Poder Executivo. Se cometi algum erro foi involuntário, mas na maioria esmagadora das vezes, o que procurei fazer foi aquilo que eu sabia que era o desejo da maioria dos meus colegas Deputados aqui desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa pede a compreensão dos Senhores Deputados, porque nós estamos fazendo a implantação do novo sistema de som deste Plenário e da Casa como um todo. Razão pela qual hoje nós dispomos de apenas dois microfones em cada uma das bancadas e ocorre ainda, como ocorreu há pouco, de se cortar o som de quem se encontra na tribuna e até mesmo da Mesa Diretora dos trabalhos.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu queria um esclarecimento da Mesa.

Na posse do novo Governador do Estado do Paraná, verifiquei que na Mesa da Assembléia estava o Presidente Nacional do PP. Perdoe-me, eu sou Deputado de primeiro mandato, mas eu gostaria de saber qual a razão por que o ex-Governador Álvaro Dias figurava como um dos integrantes da Mesa da Assembléia.

Segundo me consta, pelo menos é o que sei, é que nesta Mesa devem estar as autoridades constituídas.

Então, gostaria de saber de Vossa Excelência qual a razão da presença do ex-Governador Álvaro Dias na Mesa que deu posse ao Governador Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Senhor Deputado Ernani Pudell, as razões da questão de ordem de Vossa Excelência são as mais engraçadas possíveis.

O Cerimonial da Assembléia Legislativa, até então dirigido pelo companheiro Luís Fernando, hoje dirigindo o Cerimonial do Palácio Iguaçu, para o orgulho desta Casa, sabe como se comportar nesses momentos e sempre soube.

O Presidente Nacional do PP a que Vossa Excelência se referiu trata-se do ex-Governador Álvaro Fernandes Dias e, como ex-Governador, o mesmo possui status de Governador, como Vossa Excelência, quando deixar de ser Deputado Estadual, terá resguardado o status de Deputado.

E foi na condição de ex-Governador que o Senhor Álvaro Fernandes Dias, Presidente Nacional do PP, figurou na Mesa de Honra e de Autoridades da Sessão Solene que recebeu a renúncia de Sua Excelência o Governador Roberto Requião de Mello e Silva e deu posse ao novo Governador do Paraná Sua Excelência Mário Pereira.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço a informação de Vossa Excelência, mas não me convenceu.

Vossa Excelência explicou, mas não convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós não estamos aqui, Deputado Ernani Pudell, para convencê-lo do que é certo ou do que é errado. Vossa Excelência como pessoa preparada que é, deve perfeitamente saber o que é certo ou o que é errado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, talvez o ilustre Deputado não tenha conhecimento de causa. O convite não foi formulado somente ao ex-Governador Álvaro Dias, todos os ex-Governadores do Estado do Paraná receberam convite para participarem da cerimônia de transmissão de cargo ao Dr. Mário Pereira, mas estava presente o ex-Governador Álvaro Dias e, evidentemente, que foi convidado a participar da Mesa.

Talvez o ilustre Deputado tenha desejado que estivesse à Mesa também o Presidente do PT, o Luís Inácio Lula da Silva, fazendo parte da Mesa, mas é bom que se saiba que a presença do ex-Governador do Paraná à Mesa honrou a esta Casa, como ele honrou o Paraná durante o seu período de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente a palavra é concedida ao Deputado Nilton Barbosa.

A Presidência registra com satisfação a presença do Vereador José Cléo, do Município de Iporã, através do Deputado Nelson Garcia

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Inicialmente, eu gostaria de registrar também a presença do companheiro, ex-Prefeito de Ibaiti, Marlei Ferreira, com satisfação.

E, com tristeza, gostaria de registrar aqui, e faremos por escrito, um voto de pesar à família de um companheiro, de um amigo de longas datas de Cruzeiro do Oeste que, lamentavelmente, perdeu ontem sua filha levada pelos pistoleiros, pelos ladrões, pelos vagabundos que deveriam estar

nas celas, nas prisões bem administradas pelo nosso companheiro, ex-Secretário de Justiça Deputado José Tavares.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, li com satisfação a matéria trazida na Gazeta do Povo de ontem, de uma reunião acontecida no Município de Maringá, onde Prefeitos, Vereadores, líderes empresariais, da Associação Comercial, Industrial, se manifestam com relação às conquistas daquela região. Lerei uma parte da matéria até para que possa, no momento em que cumprimento os manifestantes, os líderes tecerem alguns comentários.

A matéria inicia de uma forma que vai contra alguns princípios, porque não tivemos aprovado o voto distrital. A matéria diz o seguinte: "Eu voto aqui, o Noroeste tem dono". Com esse slogan foi lançado oficialmente na Prefeitura de Maringá a campanha para o fortalecimento político na Região Noroeste do Estado, encampada pela Associação dos Municípios da macrorregião do Noroeste do Paraná, Macro-Noroeste, que é composta pelos Prefeitos e Vereadores de 112 municípios que compõem as microrregiões, 9 de Maringá, 10 de Paranavaí, 11 de Umuarama e 12 de Campo Mourão. Tiveram nessa reunião diversas lideranças".

A matéria é extensa, vou resumí-la.

Num outro texto, comentário do Presidente da Câmara de Maringá, o Vereador Nereu Vidal César, que é o responsável pela divulgação da campanha diz em seu pronunciamento que existe uma necessidade premente de fortalecermos a região Noroeste politicamente para que possamos valorizar a nossa gente. O que concordamos plenamente.

Mas eu queria, aqui, além de parabenizar os idealizadores desse movimento, que é salutar o movimento que hoje eles começam, mas não poderia deixar de citar que as reivindicações que eles trazem ao Governador Mário Pereira, citada na mesma matéria pelo Prefeito de Maringá, Dr. Said Ferreira, a ponte sobre o Rio Ivaf, ligando Umuarama a Paranavaí. Esta obra, quando já visitava a região na qualidade de vice-Governador e Secretário de Transportes, o companheiro Mário Pereira, ele assumiu o compromisso de fazê-la, ligando o Município de Tapira à Santa Isabel do Ivaf, ligando, evidente, o Noroeste ao Norte do Estado. É reivindicação antiga dos Parlamentares que representam aquela região, como o Deputado Antônio Annibelli.

A duplicação da rodovia Maringá - Campo Mourão e a hidrovía, mas teria mais. Temos a ponte do Porto Camargo ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul. E venho acompanhando o trabalho nesta Assembleia já pela segunda legislatura, e não poderia deixar de dizer aqui da representação dessas regiões citadas pelos companheiros

idealizadores desta formação da macrorregião. Os companheiros Dirceu Manfrinato, Nelson Garcia João Preis, Geraldo Cartário, Júlio Bifon, Mário Bezerra, Basílio Zanusso, Arlindo Troian, Namir Piacentini, Antônio Annibelli e tantos outros Deputados, mesmo não sendo da região, têm seus municípios que aqui representam e que com certeza vêm fazendo um trabalho a nível de defesa da região noroeste do Estado. Mas o que está nos faltando para conseguirmos recursos a nível federal, para que o Governo do Estado não tenha que concluir obras do Governo Federal, como é o caso da Ponte de Guaíra que corajosamente, o Governador Roberto Requião vai concluí-la com recursos únicos do Governo do Estado, não temos recursos do Governo Federal. Se faz a ponte de Guaíra, se duplica a rodovia com recursos do Estado, recursos esses que poderiam...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. passa a falar no horário do Partido Progressista.

O SR. NILTON BARBOSA - Concluindo a Rodovia Boiadeira, a Ponte do Porto Camargo e a Ponte que ligará o Noroeste ao Norte.

Não temos representação em Brasília. Isso, na verdade, nos faz falta, mas naquela região, tínhamos três Deputados Federais: o atual Prefeito de Maringá, Dr. Said Ferreira, que foi eleito Deputado Federal com o compromisso de ajudar no fortalecimento da região noroeste e que talvez, quero crer, foi convidado pela comunidade de Maringá, diminuindo o seu mandato por dois anos, volta a ser prefeito; o mesmo acontecendo com Rubens Bueno no Município de Campo Mourão e Antonio Ueno nosso Prefeito de Umuarama, que largaram os seus mandatos de Deputado Federal e voltaram a administrar as suas cidades. Nos falta sim, nos falta a representação em Brasília para que consigamos recursos do Governo Federal para ajudar o Governo do Estado no início de algumas obras e na conclusão de outras, mas, de qualquer maneira, ficam aqui os nossos registros de parabéns ao movimento lutando e reivindicando para o Norte e Noroeste do Estado, como reivindicaremos, sem dúvida, para outras regiões do Estado, porque não temos o voto distrital e se fomos eleitos por uma região, temos obrigação de trabalhar pelo Estado como um todo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes da desincompatibilização dos companheiros Secretários e funcionários do Governo, para disputarem cargos eletivos, numa conversa com alguns companheiros da 1ª Secretaria, ao lado do Deputado Aníbal Khury, comentávamos que famos fazer no dia

4, ou na semana seguinte da desincompatibilização, um pronunciamento e a imprensa noticiava que viria um torpedo.

Não se trata de torpedo. Todos sabem que há mais de um ano, venho desta tribuna, denunciando alguns elementos do governo que estavam usando a máquina do governo em campanha, beneficiando a si próprio. Ficaria até deselegante, mesmo porque já não é mais Governador Roberto Requião, nosso companheiro, e os elementos não fazem mais parte do governo. Mas, não poderia deixar aqui de fazer as minhas críticas, já feitas inclusive no passado, com alguns elementos que negociaram o apoio, que coagiam Prefeitos. Até comentava que no início do meu pronunciamento iria iniciar dizendo: "Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós", isto porque os prefeitos do interior de todo o Estado do Paraná, tinham constrangimento em chegar em algumas Secretarias e em alguns órgãos do Governo, porque os seus pedidos eram atendidos na medida do compromisso de apoio e coisas ridículas, coisas mesquinhas, como vídeo cassete, televisão, antena parabólica, cobrando o apoio de prefeitos, de vereadores, tantas outras coisas que denunciávamos e tivemos oportunidade de falar com o Governador Roberto Requião. E ontem quando tivemos uma reunião com o Governador Mário Pereira e os demais líderes de partidos de sustentação ao Governo nesta Casa, pedimos a ele que olhasse e que cuidasse para que isso não continuasse a acontecer porque estava ficando difícil de trabalharmos nesta Casa com a nossa obrigação de legislar, mas trabalharmos em defesa dos municípios que representamos acompanhando os nossos Prefeitos, buscando recursos. E nos garantiu o Governador Mário Pereira que no seu período de governo isto não acontecerá.

E com relação aos secretários - alguns se desincompatibilizaram, aos elementos e funcionários do governo, aguardaremos o julgamento popular. Aguardaremos o julgamento das urnas, porque temos certeza que no final eles vão sentir, que quando são nomeados para cumprir um trabalho, devem fazê-lo com seriedade, honestidade e, acima de tudo, com lealdade para com os companheiros. E podemos prever até, que nem todos terão um final feliz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No último dia 31 de março no Jornal A "Gazeta do Povo" foi publicado que moradores do Balneário Praia de Leste denunciavam a venda de uma praça

pública.

No dia 1º de abril de 94, a mesma "Gazeta do Povo" continuava suas manchetes, dizendo: "Balneário luta para manter praça".

Srs. Deputados, Sr. Presidente, o que aconteceu naquela comunidade, naquele balneário foi uma manobra mesquinha, irresponsável da atual administração da cidade de Paranaguá. A Associação de Bairros - localizada no Balneário de Praia de Leste, foi induzida a erro pelo Secretário de Obras da Prefeitura de Paranaguá.

Secretário esse que chegou à população e disse que o prefeito anterior havia roubado a praça e vendido para uma construtora. Preocupeí-me porque aquela área é uma área bastante tumultuada, uma área aonde se discute se deve ou não deve ser criado um novo município.

Srs. Deputados, gostaria de comunicar aos Srs. e a toda população e à Imprensa, a qual após o meu pronunciamento, farei a entrega do registro de imóveis daquele terreno, que entre Monções e Porto Fino existe uma área de 50m de largura por 1 Km e meio de comprimento. Área essa que deveria ter sido urbanizada pela prefeitura atual e pelas prefeituras anteriores. Como faz Guaratuba, como faz Santos, como faz Caiobá. Acontece que é muito fácil chegar, acusar as pessoas de desonestas e depois não provar nada. Aconteceu aqui, nesta Assembleia, através do ex-Deputado Bona Turra no qual acusou a empresa PHONESUL de irregularidades. Aconteceu que foi provado tanto no âmbito da justiça como no âmbito do Tribunal de Contas da União que esta empresa nada devia.

Só que as perdas irreparáveis moralmente jamais serão sanadas e as financeiramente terão que ser trabalhadas na justiça durante dez, vinte, trinta anos, para que esta empresa volte a perceber todo o prejuízo que teve por uma acusação infundada de uma pessoa mal intencionada.

Srs. Deputados, nas minhas mãos o registro de imóveis daquele pedaço de terra que desde 1977 está registrado em nome da Agência Vestris, que depois passou a ser vendido para o Sr. Lauro Costard e depois, vendido em 1986 ao Sr. Vicente Elias, o qual nem Prefeito era na Cidade de Paranaguá.

Portanto, Senhores Deputados, mais atenção, mais justiça. Não vamos acusar quem não tem culpa, mas sim colocar na cadeia quem tem culpa.

Por isso volto a pedir aos Srs., está na hora de aprovar o meu Projeto de quebra de sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia, no meu retorno a esta Casa, uma vez primeira que ocupasse esta tribuna fazer um relato da minha passagem de alguns meses à frente da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Região Metropolitana.

No entanto o que me traz a esta tribuna hoje para dizer da tristeza, da preocupação, e que este Poder Legislativo não pode se calar. A violência que toma conta do Estado do Paraná, não só de Curitiba, não só da Região Metropolitana, que nas últimas horas tem ceifado preciosas vidas. Vidas prematuras como por exemplo da jovem Milena Bley Bonfim, com apenas 19 anos de idade. Estudante de Direito e filha de um companheiro nosso, de um político, do Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, LBA, o companheiro Antenor Bonfim. E a cidade desde ontem, costernado, com clamor de justiça para os assassinos que ao assaltarem um banco no bairro do Seminário, tentaram tomar de assalto o veículo que ela ocupava, quando trazia de volta para a sua casa os irmãos que saíam do colégio e ao tentar fugir acabou recebendo um tiro que provocou lamentavelmente a sua morte.

Vida preciosa de um jovem de apenas 15 anos de idade que quando se preparava com mais quatro amigos para participar de uma festividade onde iria fazer uma apresentação de um grupo de chimango no bairro de Campo Magro, Distrito de Almirante Tamandaré, o jovem Eduardo José Jarechi, filho do ex-Prefeito, digo, do ex-Vereador, Jerônimo Jarechi, que acabou também tendo sua vida tirada prematuramente pela ação de um marginal, de um irresponsável que dirigia um caminhão com as luzes apagadas na noite do último sábado.

Vida também tirada de um pai de família, de um cidadão de apenas 32 anos de idade, pai de uma filha de 10 meses, que fazia o exercício costumeiro, diário, com a sua bicicleta, e quando pedalava pelas cercanias de moradias Cajuru acabou sendo lamentavelmente vítima da ação de marginais que acabaram por matá-lo para roubar a sua bicicleta. Vida preciosa também de um empresário paulista de passagem pela Capital do Estado do Paraná, e quando transitava pela Avenida Guabirotuba, que corta a favela da Vila Pinto, teve a infelicidade do seu veículo sofrer uma avaria de motor, e quando consertava o seu veículo era surpreendido por menores, possivelmente menores, que o atacaram e que lamentavelmente acabaram tirando a sua vida.

E tantas outras que nós poderíamos aqui neste momento citar nomes e mais nomes de pessoas que têm sido vítimas da violência constante na Capital do Estado,

na Região Metropolitana. E nestas últimas horas, não só Curitiba, foi banhada pela violência não só a Região Metropolitana, mas até no Município de Castro dois bancos assaltados, centenas de funcionários com o constrangimento de ter as armas apontadas em suas direções e ter que se deitar no assoalho do banco correndo o risco também de serem vítimas da ação dos marginais. E dois bancos que por coincidência têm convênio com a Polícia Militar, que aqui nesta Casa, denunciemos a ilegalidade no convênio da Polícia Militar com o Banco do Estado; a ilegalidade do convênio da Polícia Militar com o Banco do Brasil, e justamente duas agências desse banco foram assaltadas numa só cidade nestas últimas horas. Por isso, achei que era necessário ocupar a Tribuna hoje, no mesmo instante em que o Deputado José Tavares, ex-Secretário da Justiça e da Cidadania, dizia dos feitos de Sua Excelência na frente daquela pasta. Uma pasta difícil, nós sabemos, a nossa longa convivência com o meio policial, com a justiça, nos faz entender da dificuldade que teve, mas mesmo assim logrou alguns êxitos o companheiro José Tavares.

Agora é preciso uma ação mais efetiva para o combate à violência, não basta apenas o trabalho feito pelo Deputado José Tavares, é preciso mais seriedade na condução da Segurança Pública do Estado do Paraná, é preciso mais seriedade de um projeto constante de manutenção do povo do campo. As cidades incham a cada dia que passa, o desemprego, a fome, o desespero leva até pessoas que nunca pensaram em caminhar pelo mundo do crime, de repente a se tornarem criminosos, assaltantes, arrombadores e assassinos. O clamor de justiça se faz presente em todos os moradores dessa cidade da região metropolitana e do Estado do Paraná.

Por isso, Deputado José Tavares, ao reconhecer de Vossa Excelência os progressos que fez na sua pasta, que há muito tempo, como já disse na minha convivência na área policial e nas minhas constantes visitas aos presídios, nós já reclamávamos há 20 anos, há 25 anos atrás, a necessidade da separação do preso com alto grau de periculosidade com o preso primário que chega numa penitenciária.

A dificuldade e o gasto que o Estado tinha nas viagens fantasmas, parecendo os filmes de faroeste quando se tirava preso aqui de Curitiba para ser ouvido lá na Comarca do interior do Estado.

Há necessidade do presídio agrícola, há anos esta Casa colocou um projeto de lei, uma mensagem autorizando a venda da Prisão Provisória de Curitiba, encravada hoje num dos bairros mais valorizados de Curitiba, para se construir os presídios

agrícolas no interior do Estado. A isso se faz urgente necessidade para que possamos segurar lá perto da sua família aquele preso que cometeu por um descuido na sua vida, pela defesa da honra da sua família, do seu patrimônio, se tornou momentaneamente um criminoso, mas que não é contumaz e ainda tem tempo de recuperação. Todo esse trabalho já se cobrava há muitos anos e de repente foi necessário que um homem, que um político, que um homem que tem a vivência, que já passou na carreira de Delegado de Polícia ocupasse esta Pasta e colocasse em prática estas necessidades básicas, dentro de uma penitenciária.

É claro que ainda não está resolvido o problema, problema sério, temos barris de pólvora em toda a cidade, nos doze distritos policiais de Curitiba, nas cadeias públicas do interior do Estado, no setor de triagem na Voluntários da Pátria, a qualquer hora pronta para explodir novamente, pois ocorreu em várias outras ocasiões, mais de trinta mil mandados de prisão; e a polícia não se preocupa em cumprí-los porque também sabe que não vai ter onde colocá-los.

É um caos, é uma situação difícil, mas eu acho que apesar de tudo isso, meu caro Deputado José Tavares, nós reconhecemos que Vossa Excelência fez o que pôde, se não fez mais, evidentemente não foi por falta de vontade e nem por falta de conhecimento, foi evidentemente por falta de condições para poder ampliar mais todo esse seu trabalho.

Por isso, neste momento que eu ocupo a tribuna e ao mesmo tempo que eu o cumprimento pelo seu trabalho, eu quero aqui deixar patenteada a nossa tristeza, a dor que invade a cada um de nós hoje aqui, imaginem o sofrimento do companheiro Antenor Bonfin, da sua esposa, do companheiro Jerônimo Jaresk, de sua esposa, que perderam vidas preciosas pela ação dos malfeitores, que estão aí infestando todos os cantos da cidade, da Região Metropolitana, do interior do Estado do Paraná.

Há necessidade e esta Casa não pode se furtar a isso. Eu retorno hoje, já com ofício pedindo a minha volta à presidência da Comissão de Segurança Pública desta Casa, para que possamos, meu caro Tavares, unidos, aproveitando a sua experiência pela passagem pela sua Secretaria, a nossa modesta contribuição e daqueles que lidam mais diretamente com esta área, para que possamos em nome do povo do Paraná, colocar senão um paradeiro, pelo menos diminuir em grande escala esta violência que assola e que assusta o cidadão paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - No Pequeno Expediente, junto com o horário

Curitiba, terça, em 05.04.94

da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero me reportar a um tema que acho de fundamental importância, em função da realidade em que vive a sociedade paranaense e a sociedade brasileira.

A Organização das Nações Unidas, elegeu o ano de 1994, como o Ano Internacional da Família. A igreja católica, através da Campanha da Fraternidade da CNBB, levanta também o tema e dedica esta campanha da fraternidade a discutir a questão da família na sociedade, com o tema "A família como vai".

Na última semana que encerrou-se o período da quaresma e que mais aprofundava-se a discussão, a igreja mesmo propõe que o tema continue sendo discutido o ano inteiro e a vida inteira pela sociedade.

Nós gostaríamos de trazer alguns questionamentos, ao mesmo tempo em que elogiamos esta atitude da igreja católica, de questionar esta realidade em que vive a família brasileira dentro da sociedade.

O objetivo das campanhas de fraternidade, é discutir a crise que afeta o maior alicerce da sociedade hoje que é a família. As instituições públicas, a sociedade como um todo, vive hoje uma crise muito grande.

Se por um lado os tempos mudaram, se nós analisarmos os problemas existentes no passado, a forma em que as famílias sobreviviam no passado é totalmente outra realidade.

Os tempos mudaram, mas os problemas também pioraram e aumentaram em muito na sociedade e o reflexo se dá realmente lá na família.

Convivemos hoje com um número cada vez maior de divórcios, separações e desentendimentos. As causas desses problemas normalmente estão na falta de moradia, de educação, de saúde, de emprego e o que leva milhões de famílias à miséria absoluta, a ponto de termos hoje as pesquisas dizendo que temos 32 milhões de miseráveis, famintos, pedindo esmolas em nosso País.

O resultado disso nós sabemos: são pessoas vivendo em condições desumanas, resultado que nenhum cidadão gosta de ver ou de ouvir dados que são jogados hoje pela imprensa na sociedade. Crianças catando comida nos lixos, meninos e meninas se prostituindo, abandonados à própria sorte, perambulando pelas ruas, roubando e, muitas vezes, sendo assassinados por grupos de extermínio, jogando-se às drogas e à revolta que a sociedade lhes impõe.

A televisão, que é um veículo fantástico de comunicação, pouco tem contribuído para mudar esta realidade, muito pelo con-

trário, tem jogado na sociedade, nas nossas famílias, novelas, filmes e outros programas com conteúdos nada educativos.

A indústria cultural, da mesma forma, não traz mais os valores em que a família tinha como a célula-mater da sociedade, como o embasamento para a sociedade organizar.

Lamentavelmente, nós tivemos aqui uma pesquisa que mostra a degradação da família e a degradação do ser humano hoje na sociedade em que vivemos.

Uma pesquisa feita e publicada na Revista Veja, nº 1300, revela o seguinte:

(Lê):

"PESQUISA DEIXA HOMEM EM DESVANTAGEM
SOBRE ANIMAL

Pesquisa realizada pela agência de publicidade paulista Saldiva & Associados, com 1272 entrevistados, publicada na Revista Veja nº 1300 revela: 87% consideram o cachorro um membro da família. Essa relação exposta nos apelos, algumas vezes exagerados, de pessoas que perderam seus animais, fica ainda mais acentuada quando a pergunta é "O que o seu cachorro significa para você?". A pesquisa da Saldiva demonstra que para 98% dos entrevistados o cão é considerado um amigo; para 54%, um filho; outros 54% o vêem como um guardião; 41% responderam: "quase eu mesmo", 32%, "meu irmão", e apenas 23%, "meu cachorro".

Também 79% dos entrevistados apontaram como principal razão para querer um cachorro, a necessidade de ter alguém para cuidar e proteger. Outros 64% querem ter alguém para amar. A necessidade de cuidar de um cão foi manifestada por 61% das pessoas ouvidas pela pesquisa; 61% dão como objetivo para ter um cachorro a busca de alegria e 35% dizem que é para buscar algum sentido na vida.

Uma pesquisa desta natureza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, prova a degradação do ser humano, quando nós vemos animais sendo afagados, sendo tratados com carne de filet mignon, enquanto seres humanos vivem jogados às traças nas periferias das cidades, perambulando nas ruas.

Quando nós condenamos os meninos e meninas de ruas que vivem jogados pelas cidades, nós não questionamos o porquê eles ali estão. O porquê é realmente porque não existe uma família para lhes dar o aconchego e as condições dignas de vida de cidadania, de cidadão, de ter uma moradia e de ter a dignidade de ser humano.

Só olharmos no Estado de São Paulo, nas favelas de Curitiba, embaixo das pontes que vamos perceber que não há nenhuma vontade de alguém permanecer um dia num local daquele onde sobrevivem, nas piores condições, desumanas, degradantes e esta é a saída: sair pelas ruas à procura de alguma coisa, de alguma sobrevivência um

pouco mais digna do que sobreviver naqueles cortiços, favelas, debaixo de pontes, barracos, piores do que animais.

Oportuna é esta campanha da fraternidade que a Igreja Católica faz.

Imaginar hoje as pessoas sem famílias, imaginar cada um de nós sem ter um lugar para o seu aconchego, para estar com os seus, discutir, confraternizar é absurdo, é inaceitável.

Não se pode imaginar o ser humano sem o aconchego de sua família. E imaginarmos estas pessoas da forma como vivem, nós temos que respeitá-las, inclusive, da forma como vivem porque a sociedade lhes impõe esta vida pior do que animal, esta vida degradante.

As perspectivas são muito nebulosas, muitas preocupações, se você analisar as perspectivas da família brasileira diante do quadro que se coloca.

As campanhas da fraternidade que a Igreja coloca tem por objetivo trazer à sociedade questionamentos sobre a miséria vivida pelo povo quanto à moradia, trabalho, educação e assim por diante. Diz um ditado: "Em casa que não tem pão todos gritam e ninguém tem razão, a razão é procurar este pão". E a forma de procurar se dá muitas vezes da forma que a sociedade condena.

Soluções são procuradas, nestes questionamentos a sociedade deve refletir, refletir a realidade em que vive a família brasileira quando nós temos as estatísticas que publicam que em 1993 a pobreza atinge 60 milhões de brasileiros, e mais de 30 milhões são indigentes, e 130 milhões de pessoas mais pobres da população latino-americana 44% vivem no Brasil, o que equivale a 57,2 milhões de brasileiros. E esta realidade se degrada ainda mais quando observamos que 47,5% das famílias recebem renda percapta menor que um salário mínimo e 30% menor que meio salário mínimo em nosso País. A média do Brasil é alarmante de pobreza e miséria. Famílias de indigentes nós temos os dados no Brasil de que 24,4% das famílias são de indigentes e pobres, isto em número de pessoas eleva-se muito mais.

A Região Sul considerada um paraíso desse País tem 21% de famílias de indigentes. O analfabetismo que rodeia as famílias brasileiras em função da pobreza e miséria é alarmante, 45% das famílias brasileiras as crianças de 7 a 9 anos são analfabetas, ou melhor, 71,2% das crianças das famílias pobres que ganham até meio salário mínimo 71,2% são analfabetas. São dados alarmantes, os menores de rua se proliferam cada vez mais. E as autoridades pouco se preocupam com as estruturas sociais que geram esta degradação. Se nós observarmos o Paraná não está fora desse

quadro, perde para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e só ganham para os Estados mais pobres do Nordeste.

Alguns dados dizem que no Piauí 42,6% da população de mais de 10 anos de analfabetos, 91,5% no Estado do Alagoas as pessoas residem em domicílios sem esgoto adequado. No Piauí 73% dos empregados não têm carteira assinada. E em Brasília que é o menor dado Nacional 5,5% das crianças de 10 a 14 anos trabalham na região da Capital Federal. O Estado que tem menor índice de crianças trabalhando 5,5%, no País esses dados são alarmantes.

Enquanto nós vemos em Cascavel a imprensa dando notícias de que uma criança de 5 anos e três meses pesando apenas 7 quilos e 700 gramas, neste paraíso que é o Sul do Brasil isto acontece. Enquanto esses dados alarmantes acontecem, e que a igreja questiona na sua campanha da fraternidade, onde que Dom Ladislau Bernaski aqui de Curitiba diz que não é só a Igreja, mas, que provavelmente todas as igrejas têm esta preocupação, e ele atribui o agravamento desta crise social no Paraná, principalmente ao êxodo rural, a concentração de rendas e riquezas, e eu posso acrescentar ao que Dom Ladislau diz aos rombos que ocorrem no Paraná e no Brasil, quando num levantamento da Comissão da Agricultura, Comissão Especial no Congresso Nacional se levantou que no Paraná mais de um milhão de quilos de feijão e arroz foram desviados e sumiram dos armazéns do governo.

No Brasil, em Goiás, Mato Grosso, contando com o Paraná, 18 milhões de toneladas de milho, feijão e arroz sumiram dos armazéns, apodreceram e o fiscal da Companhia Brasileira de Abastecimento diz o seguinte: "Deixam estragar o estoque inteiro para disfarçar o roubo de uma parte do produto que some dos armazéns". Sabemos de políticos, e de cidadãos de "colarinho branco", envolvidos nesses roubos e até agora nada se apura.

As estruturas sociais brasileiras são para trazer ainda mais esta degradação. Quando se concentra riquezas, se concentram recursos públicos em grandes empresas e se facilita recursos públicos para grandes empresários, para concentrar ainda mais a renda. Quando o SEBRAE pesquisa e diz que a pequena e a média empresas são responsáveis por 59% dos empregos que se oferecem no País; 42% de todos os salários pagos, são pagos pelas micro e pequenas empresas. 48% do valor da produção brasileira, as micro e pequenas empresas responsáveis. Enquanto não se investe nesses setores, a produção de alimentos no País, enquanto a degradação social aumenta cada vez mais, a produção diminui.

Os planos que os governos têm apresen-

tado, são para agravar ainda mais a crise. Esse plano FHC2 do Fernando Henrique Cardoso, não traz nenhuma contemplação, quando na agricultura, a diminuição dos produtos de alimentos, como o trigo, arroz, milho e feijão, no País onde se diminui a produção, enquanto a soja, que é produto para exportação, nos últimos 5 anos, aumentou a produção em 50%.

O milho, o feijão e o arroz, produtos da cesta básica, sofreram redução. O trigo: 2,5 milhões de toneladas, quando o consumo interno é de 6,75 milhões. Não se contemplam essas necessidades básicas. Não se faz reforma agrária, nem direção dos recursos públicos para contemplar estes investimentos que trazem e geram a distribuição de renda.

Para concluir, leio uma frase do então ex-Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de São Paulo e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo: "O Poder brasileiro sofre - e ele se refere ao Poder Judiciário - cerceamento na sua originária conceituação de vez e se prenderá fatos novos que não podem ser solucionados com molduras antigas. O quadro passou a ser maior que a moldura. A solução deve ser procurada com a posição de outra moldura e outra moldura do País é fazer reforma agrária, distribuição de renda, reforma agrícola, para direcionar recursos para fazer com que os pequenos produtores possam permanecer na terra, produzindo alimentos para o Brasil. Punição dos que roubam dinheiro público, reforma do Código e das leis que dão condições para se prender o "ladrão de galinha", enquanto "os João Alves da vida", os ladrões dos armazéns da CONAB ficam perambulando pelas ruas do País, desfilando em carros importados. É preciso fazer uma nova moldura e não cortar o quadro. Se nós temos um quadro para uma moldura e este quadro não se enquadra, o que é que se tem que fazer?

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está findo o Horário das Lideranças.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Em nome da Bancada do PDT nós queremos aqui, também, nos somar aos votos de condolências apresentados à família do hoje Presidente da LBA, Doutor Antenor Bonfim. Sabemos do momento difícil e a Bancada do PDT também não poderia deixar de registrar as suas condolências num momento tão difícil da vida de uma família, como de alguém que muito representa para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado o voto do PDT.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Algaci Túlio, está reassumindo em todas as Comissões Técnicas para as quais foi anteriormente indicado. À **Diretoria Legislativa**.

Projeto de resolução, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da Proposição nº 093/93, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Rejeitado**.

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Será procedida. **Está REJEITADO o requerimento**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando que a Proposição nº 006/94 (Veto apostado ao Projeto de Lei nº 299/93), que figura em 13º lugar na Ordem do Dia da presente Sessão, se faça destacadamente. **Rejeitado**.

Vamos fazer a verificação de votação: 13 contrários e 14 favoráveis. **APROVADO**.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, temos dois Deputados atrás que não foram considerados. Requeiro nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Tendo em vista a dúvida sobre a votação, vamos fazer nova verificação de votação: 16 aprovam, 19 rejeitam. **Está rejeitado o requerimento do Deputado Colombino Grassano. Está rejeitado**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando votação em destaque para a Proposição de Veto nº 018/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92. **Retirado pelo autor**.

Requerimentos em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente, solicitando destaque na votação do Projeto de

Lei nº 021/93, com veto apostado pelo Senhor Governador e do Projeto de Lei nº 565/93, com veto apostado pelo Senhor Governador. **Retirados pelo autor**.

Requerimento do Deputado Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães Filho e Toti Colaço. Pedem adiamento dos seguintes Projetos de Lei: 21/93, 565/93, 105/93, 594, 250/93, 18/94.

O SR. RENATO ADUR (**Pela Ordem**) - Daria para Vossa Excelência repetir os itens, por favor? E quem requereu?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Proposição de Veto nº 018/94, item 19 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado**.

O SR. MÁRIO BEZERRA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, não formalizei junto à Mesa um requerimento, mas gostaria de fazê-lo verbal e já encaminhá-lo de imediato, pedindo adiamento por dez sessões do Veto que está na Ordem do Dia, no item 02, discussão única de proposição nº 95/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 296/93, e também a proposição nº 03/94.

Eu requeiro junto à Mesa com a aquiescência do Plenário, se Vossa Excelência assim o permitir, sem a formalização de momento do requerimento, mas posteriormente estarei encaminhando à Mesa para que se protele por dez Sessões, a exemplo de outros que já foram pedidos, esses dois vetos, a sua apreciação pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Nós solicitamos de Vossa Excelência que encaminhe à Mesa o requerimento, enquanto nós votamos os demais requerimentos que estão aqui.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**) - Eu consulto Vossa Excelência se regimentalmente o requerimento do Deputado não conflita com o dispositivo do nosso Regimento em função do prazo constitucional que esta Casa tem para apreciar vetos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Realmente a consulta de Vossa Excelência é digna de registro, porque realmente conflita com o Regimento da Casa. Mas por decisão colocada em Plenário e de acordo com as Lideranças, nós estamos acatando a decisão da maioria dos Senhores Parlamentares.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, do item 07, Veto, apostado ao Projeto de Lei nº

250/93, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do veto aposto ao Projeto de Lei nº 250/93, por 10 (dez) Sessões.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 21/93 e 565/93, que foram objeto de apreciação do Poder Executivo, Proposições nºs 105/93 e 015/94. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia a Proposição nº 095/93, item 02 da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nesse requerimento que Vossa Excelência acabou de anunciar foi colocado o item número 02, não o número 11, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Informo a Vossa Excelência que é o item 02, a Proposição 95/93.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Proposição nº 003/94, item 11 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Rejeitado.**

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós temos considerado, quando o projeto é de autoria do Deputado, nós fizemos um acordo de Liderança e concordamos com o adiamento. Entretanto, a Deputada Emilia Belinati está entrando com requerimento de um projeto de autoria do Poder Executivo. Nós não podemos aceitar, essa bancada não vai aceitar o adiamento dessa votação, Senhor Presidente. Esse é um veto de um Projeto de autoria do próprio Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nós colocamos em votação e vamos observar da mesma forma que fizemos nos projetos anteriores a manifestação do Plenário.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento da Deputada Emilia Belinati queiram levantar-se.

Os Deputados que aprovam o requerimento da Deputada Emilia Belinati queiram levantar-se.

Está rejeitado o requerimento da Deputada Emilia Belinati.

Vamos solicitar ao Senhor 1º Secretário, Deputado Domingos Carvalho, a chamada dos Senhores Deputados para a votação dos vetos dos seguintes itens: 01 a 03, 05, 06, 08 a 16, 18, 20 e 21.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 093/93. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 367/92, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que institui o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 379/93

Curitiba, 24 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 315/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto pelo § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 367/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares no Sistema Único de Saúde, no Estado do Paraná, determinando, ainda, o prazo de 120 dias, a contar da publicação da pretendida lei, para sua regulamentação e implantação do sistema nela previsto.

O plano de lei em referência inicialmente não pôde merecer acolhimento por apresentar flagrante inconstitucionalidade, eis que afeta diretamente a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, alterando, ainda, suas atribuições e disponibilidade orçamentária, o que indiscutivelmente afronta os preceitos contidos no inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual.

Vale ainda ressaltar que, embora aparentemente meritório, o projeto inviabiliza-se também face ao avanço do processo de municipalização dos serviços de saúde, cujo gerenciamento forçosamente terá que ficar também a cargo dos municípios, o que vale dizer que as Centrais de Vagas deverão ser atribuição exclusiva dos gestores municipais. Este, aliás, é o ponto de vista da Secretaria de Estado da Saúde, conforme análise que procedeu sobre a matéria.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 367/92 encontra-se publicado no D.A. nº 168/92, de 24.11.92).

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 367/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que tem por finalidade instituir o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 100/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo, conforme especifica. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT nº 402/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 472/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 553/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo e criar o Sistema Estadual de Crédito Educativo, para alunos do ensino universitário e de especialização técnica e científica.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade porque, implicando em despesas não previstas na "Lei dos Meios" e nem tampouco na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de 1992-1995, fere frontalmente os mandamentos constitucionais contidos nos arts. 133 e seguintes da Carta Estadual. Melhor detalhando as razões do veto ora apostado e caracterizando também a matéria como contrária ao interesse público, é adiante transcrita informação prestada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

"Com relação ao Projeto de Lei nº 553/93, de iniciativa da Assembleia Legislativa, que autoriza o Poder Executivo a criar o Sistema Estadual de Crédito Educativo, para alunos de ensino universitário e de especialização técnica e científica,

destacamos alguns pontos, sob a ótica orçamentária:

1 - O Estado do Paraná oferece a gratuidade do ensino superior em suas 16 instituições estaduais;

2 - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1994, destinou de recursos do tesouro estadual CR\$ 2.878.800.000,00 (dois bilhões, oitocentos e setenta e oito milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), a preços de maio de 1993, para as instituições estaduais de ensino superior;

3 - A proposta orçamentária para 1994, em seu programa de trabalho, não incorporou metas, e nem recursos para o fim proposto;

4 - O sistema Estadual de Crédito Educativo não foi previsto dentro do Plano Plurianual de 1992-95, aprovado pela Lei Estadual nº 9.882 de 26 de dezembro de 1991. É importante destacar que segundo o artigo 133, parágrafo 3º, inciso VI, da Constituição Estadual, os ajustes ao Plano Plurianual somente poderão ser feitos através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual. De acordo com a Lei Estadual nº 10.394 de 15 de julho de 1993, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 1994, nada houve de alteração no Plano de Governo que justificasse a inclusão de metas e recursos destinados ao fim proposto por este Projeto de Lei".

Ademais, convém ressaltar o sucinto e muito claro entendimento de que o Estado não deve e não pode assumir encargos que por legislação federal específica são da esfera da União.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 553/93 encontra-se publicado no D.A. nº 131/93, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 100/93

VETO INTEGRAL APOSTO AO

PROJETO DE LEI Nº 553/93

P A R E C E R:

Procedemos a análise, no âmbito desta Comissão Técnica, do veto integral apostado pelo governador do Estado ao Projeto de Lei nº 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo, e concluímos que o Veto Governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, ser acolhido por este Po-

der Legislativo, cabendo, entretanto, ao Plenário a apreciação sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 111/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 351/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a formação de consórcio de micro e pequenas empresas. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 413/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 443/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 351/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo a permissão para o consórcio ou associação de micro e pequenas empresas, com vistas à participação nas licitações realizadas por órgãos da administração estadual, visando, ainda, a simplificação das exigências de habilitação para tais empresas participarem de processos licitatórios, a níveis compatíveis com seus respectivos portes.

Louvável a iniciativa do autor, demonstrando sua preocupação com um segmento da economia da mais alta expressão, tanto que configura-se harmonicamente com as prioridades deste Governo, no que tange ao incentivo, apoio e ao trato diferenciado à micro e pequena empresa. Não obstante tal realidade, o Projeto não pôde ser sancionado face a informação da Secretaria de Estado da Administração e da Procuradoria Geral do Estado, sendo que a SEAD, apesar de apoiar a iniciativa, no que se refere ao consórcio de empresas de pequeno porte, para participarem de licitações em igualdade de condições, posicionou-se contrariamente à permissão para a união através de associação, que parece um termo bastante abstrato, podendo também tal expressão caracterizar uma nova personalidade jurídica muito mais ampla que o simples consórcio, possibilitando até gerar, como consequência, a centralização de determinados grupos.

Por sua vez, a P.G.E. entendeu que o art. 2º do Projeto é inconstitucional, por ferir o princípio da igualdade de condições dos concorrentes no processo de lici-

Curitiba, terça, em 05.04.94

tação, princípio este que vem insculpido no art. 37, inciso XXI, da Magna Carta.

Vale, porém, esclarecer que o veto aqui aposto não inviabiliza a pretensão do autor, eis que a matéria já se encontra definida pela Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, que instituiu normas para licitação e contratos da Administração Pública. O art. 33 da referida lei disciplina a participação de empresas nos referidos processos, através de consórcios, sendo que, em seu inciso III, encontram-se disciplinados, especificamente, aqueles compostos por micro e pequenas empresas, norma esta extensiva à União, Estados e Municípios.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto e Lei nº 351/93, encontra-se publicado no D.A. nº 101/93, de 29.07.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 111/93

VETO GOVERNAMENTAL

P A R E C E R :

I - A presente proposição veta o Projeto de Lei nº 351/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que objetiva autorizar a formação de consórcio de micro e pequenas empresas e que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 413/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos no parágrafo 1º, do art. 71, da Constituição Estadual.

III - Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 115/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 349/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que concede crédito presumido do ICMS para a realização de projetos culturais no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 417/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício nº 407/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 349/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica "concedido crédito presumido do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS), nos termos desta lei, à empresa com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que forneça recursos para a realização de projetos culturais no Estado, através de doação ou patrocínio". Adota, ainda, outras providências.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua flagrante inconstitucionalidade por afrontar o preceito contido no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Magna Carta da Nação, que determina a forma pela qual benefícios e incentivos fiscais poderão ser concedidos. A Secretaria de Estado da Fazenda, analisando a matéria, opinou pelo seu não acolhimento dizendo, textualmente, o seguinte:

"O projeto de lei em apreço fere, frontalmente, o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República Federativa do Brasil, que determina caber à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

E rege tal matéria, no presente, a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, ao dispor, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso III, que a concessão de créditos presumidos do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias obedecerá os termos fixados em convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito do CONFAZ (art. 2º).

Desta forma, para que não sejam contrariadas a Lei Magna, assim como a citada norma inferior que a complementa, é que propomos seja vetado, por sua Excelência o Governador, tal projeto de lei, já-aprovado."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 349/93 encontra-se

publ. no D.A. nº 137, 1ª Disc., de 05.10.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 115/93

P A R E C E R:

A propositura em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, veta integralmente o projeto de lei do nobre Parlamentar Antônio Annibelli, sob nº 349/93, que concede crédito presumido do ICMS às empresas no Paraná realizadoras de projetos culturais no Estado.

Sob aspecto jurídico, a negativa oficial observa o prazo constitucional preconizado pelo § 1º do art. 71 da Carta Estadual, pelo que emitimos parecer favorável, sobre o mérito do presente veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 122/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 497/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de projetos técnicos e obras de construção de edifício sede da Casa Latino-Americana (CASLA). COM RELATÓRIO DA C.C.J., - CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 503/93

Curitiba, 14 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 471/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 497/93, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de projetos técnicos e obras de construção do edifício sede da Casa Latino-Americana.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência não significa insensibilização do Governo em relação à integração e à solidariedade latino-americana, pelo contrário, tais ações inserem-se entre suas metas prioritárias, citando-se como exemplo, embora em outra área de atividade, o MERCOSUL, expressão efetiva da integração de países latinos. Ademais, como depreende-se da própria justificativa do projeto e conforme informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, não há possibilidade

de acolhimento da medida, porque o terreno onde se pretende construir a referida Casa, pertence à Prefeitura Municipal, cedido à CASLA em regime de cessão de uso, não podendo, evidentemente, o Estado edificar em terreno não de sua propriedade.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 497/93 encontra-se publ. no D.A. nº 124, de 15.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 497/93

P A R E C E R:

Originalmente o Projeto de Lei nº 497/93, de autoria do nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, objetiva autorizar o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de projetos técnicos e obras de construção de edifício-sede da Casa Latino-Americana (CASLA), tendo na oportunidade recebido pareceres favoráveis em todas as comissões temáticas desta Casa de Leis.

Sancionada pela Executiva da Assembleia Legislativa, foi no entanto, vetada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que embora não significa estar o Governo insensível aos propósitos da integração, e a solidariedade latino-americana, pelo contrário, mas não sendo o terreno de propriedade do Estado, não pode este edificar a obra por razões constitucionais.

Diante disso, essa Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável ao veto Governamental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 001/94. Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 570/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/93, que altera dispositivos da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978. (Lei da Estrutura, Organização e do Quadro de Pessoal da Coordenação da Receita do Estado). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

CF/DTL/SAT nº 570/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 565/93, dessa Presidência, e

Curitiba, terça, em 05.04.94

de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 570/93, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978 (Lei da estrutura, organização e do quadro de pessoal da Coordenação da Receita do Estado), tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições contidas nos arts. 2º e 3º e seu parágrafo único.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos decorre da indiscutível inconstitucionalidade dos mesmos, tendo em vista que, por serem originários de Emendas dessa Augusta Assembleia Legislativa, ferem os mandamentos constantes do art. 68, inciso I, da Constituição Estadual, os quais vedam apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos cujo início do processo legislativo seja de competência do Governador. Vale assinalar que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem nº 62/93, de 27 de setembro de 1993, usando da competência que lhe é reservada pelo art. 66, inciso II, da Carta Estadual, e que, por isso, não poderia sofrer as supracitadas emendas.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 570/93 encontra-se publ. no D.A. nº 133, Mens., de 29.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 01/94

P A R E C E R:

O veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 570/93, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 62/93, que altera dispositivos da Lei nº 7.051 de 04.12.78 (Lei da estrutura, organização e do quadro de pessoal da Coordenação da Receita do Estado).

O veto parcial incidiu sobre as disposições contidas nos arts. 2º e 3º e seu parágrafo único.

A Negativa Governamental ocorreu dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

vado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 002/94. Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 679/93, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 892/93, que reajusta, a partir de 1º de novembro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 544/93

Curitiba, 17 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 546/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 679/93, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, em 30% (trinta por cento) a partir de 1º de novembro de 1993, os valores dos níveis de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, assim como das gratificações que menciona, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o art. 4º e seu parágrafo único.

O não acolhimento às disposições do mencionado art. 4º e de seu parágrafo decorre da inconstitucionalidade das mesmas, eis que ferem frontalmente os mandamentos contidos no art. 39, § 1º, da Magna Carta e art. 33, § 2º, da Constituição Estadual, segundo os quais será assegurada "isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário". A Secretaria de Estado da Administração, analisando a medida asseverou que ao assegurar o acréscimo de 5% (cinco por cento), previsto no vetado art. 4º, ao vencimento do servidor promovido horizontalmente, a partir da segunda referência até o limite máximo de 8 (oito) referências, na remuneração praticada pelo Poder Judiciário, extrapola os níveis de remuneração dos cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do Poder Executivo, afrontando, assim, os preceitos constitucionais citados.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL
PROPOSIÇÃO Nº 02/94

P A R E C E R:

I - A presente proposição veta parcialmente o Projeto de Lei nº 679/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que objetiva reajustar a partir de 1º de novembro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 544/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos no parágrafo 1º, do art. 71, da Constituição Estadual.

III - Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/94, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 733/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/93, que reajusta a partir de 1º de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em Comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos e os salários do pessoal contratado, da administração direta e autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 571/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 584/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 733/93, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de ja-

neiro de 1990, na forma e valores que específica, e adota outras providências. O veto parcial apostado incidirá sobre o art. 8º.

A negativa de sanção ao mencionado art. 8º, decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que, por ser originário de Emenda dessa augusta Casa de Leis, afronta os mandamentos contidos no art. 68, inciso I, da Carta Estadual, os quais não permitem a apresentação de emendas que importem em aumento da despesa prevista em projetos de lei, cujo início do processo legislativo seja de competência privativa do Governador do Estado. É importante lembrar que a matéria, em sua versão original, foi objeto de proposição formulada pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem nº 112/93, de 03 do corrente mês, usando da competência que lhe é reservada pelo art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, e que, portanto, não poderia sofrer emenda da natureza da ora vetada.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 03/94
VETO PARCIAL

P A R E C E R:

A presente Proposição veta parcialmente o Projeto de Lei nº 733/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/93, que reajusta a partir de 1º de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, e os salários do pessoal contratado, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme específica.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Sr. Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos tornam o veto em condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria, encontra-se em condições de ser submetida a consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94
(aa) ERONDY SILVEIRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 04/94, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio, objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. OF/DTL/SAT nº 566/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 493/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 465/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafa autorizar o Poder Executivo a licitar ou a celebrar Convênio de Cooperação Técnico-Financeira com o Município de Rebouças, objetivando a execução de ampliação e reforma no Hospital Dona Darcy Vargas, localizado na sede daquele município.

O plano de lei em referência não pode merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que não há dotação orçamentária específica para tal, nem previsão na Lei de Meios, fato que contraria as disposições dos artigos 133 e seguintes, da Constituição Estadual. Além do que, o referido hospital constitui-se entidade de direito privado, não integrante de nenhuma das esferas de governo. Sendo assim, e pela forma preconizada, não seria possível a concessão de auxílio nos moldes propostos.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 465/93 encontra-se publicado no D.A. nº 120/93, de 01.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 04/94

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Consti-

tução Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 06/94. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 299/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 567/93

Curitiba, 22 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 316/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 299/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas, com sede e foro no Município do mesmo nome.

O Plano de Lei em referência não pôde merecer acolhimento face a sua flagrante inconstitucionalidade, eis que contraria os mandamentos do artigo 133, da Constituição Estadual, tendo em vista que não há previsão de recursos orçamentários para dar suporte a tal empreendimento, nem, tampouco, sua prévia inclusão no plano plurianual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias. Além deste aspecto, o Projeto peca também por vício de origem, visto que ao Governador compete, privativamente, a iniciativa das leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, como prevê o art. 66, inciso IV, da mesma Carta.

Por outro lado, vale lembrar que, na área da educação, o Governo eleguê como prioridade o ensino fundamental, mesmo para dar cumprimento ao disposto no art. 60, ADCT, da Magna Carta Federal. Além do que, o Estado do Paraná já mantém seis universidades estaduais e uma quantidade considerável de faculdades, todas gratuitas, cuja manutenção pesa significativamente no orçamento público estadual. Isto não significa absolutamente que o Governo pretenda negar apoio ao Ensino Superior,

porém, neste momento em que se busca a federalização do Ensino de Terceiro Grau, que, aliás, é de responsabilidade da União, o ato de estadualizar mais uma faculdade, sem a menor dúvida, fere aos mais altos interesses públicos. É, pois, evidente que todo recurso alocado no Ensino Superior reflete diretamente no Ensino de 1º e 2º graus, prejudicando sensivelmente os programas de expansão do ensino fundamental.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 299/93 encontra-se publicado no D.A. nº 84/93, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 06/94

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em empenho, o mesmo encontra respaldo constitucional, por tratar-se de matéria com prerrogativas exclusivas do Poder Executivo.

No que tange aos seus aspectos legal, regimental e constitucional, o mesmo encontra-se em perfeitas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 08/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 478/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na biblioteca pública do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 545/93

Curitiba, 27 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 454/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 478/93, por revestir-se de inconstitucionalidade, pelas razões adiante expostas.

Visa o autógrafo regular o depósito

legal de publicações, objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual no Estado do Paraná e possibilitar o controle, a preservação e a divulgação da memória bibliográfica paranaense e da cultural regional.

Submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado, esta apontou falhas de ordem técnica e impendimentos constitucionais, que foram determinantes para o não acolhimento da matéria. O artigo 1º faz alusão ao controle da memória bibliográfica paranaense e da cultural regional. Tal referência gera certa preocupação, pois aparenta uma forma de censura, idéia incompatível com um regime democrático de livre manifestação do pensamento. Neste aspecto esbarran nas vedações dos artigos 5º, IX, e 220, § 2º, da Magna Carta.

Por outro lado o Estado não tem poderes para gerar este tipo de obrigação a empresas privadas, o que, também, caracterizaria uma forma de violação aos direitos autorais.

Convém ressaltar ainda que o Decreto nº 15.645, de 07 de agosto de 1964, norma vigente disciplinadora da matéria, cuja revogação é pretendida apenas regulamentando o envio à Biblioteca Pública do Paraná de obras editadas, ou de edições subvencionadas por órgãos públicos do Estado, e não por entidades privadas.

Vale, porém, esclarecer que o veto aqui apostado não inviabiliza a pretensão do autor, uma vez que, após a conclusão de estudos sobre a matéria que vêm sendo realizados, por solicitação da Secretaria de Estado da Cultura, através do Ofício nº 121/93, de 05.07.93, protocolado sob nº 1.451.584-7/93, tal medida, após superadas as impropriedades apontadas, poderá ser representada sob a forma de mensagem governamental.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 478/93, encontra-se publ. no D.A. nº 122/93, de 13.09.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 08/94

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, (art. 71, parágrafo 1º, da Constituição Estadual) ao Projeto em epígrafe, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Curitiba, terça, em 05.04.94

Fundamentou o Veto com base no art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do art. 71, da Carta Estadual, por julgá-lo inconstitucional.

A matéria está em condições de ser submetida à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 09/94, Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 761/93, de autoria do Deputado Orlado Pestuti, que institui o Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, com a finalidade de administrar os recursos do Sistema Único de Saúde - SUS. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 02/94

Curitiba, 10 de janeiro de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 585/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 761/93, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Visa o autógrafo instituir o Fundo Estadual de Saúde do Paraná - FUNSAÚDE, com a finalidade de administrar os recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, em substituição ao Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário - FUNRESAN, e estabelece normas para sua gestão, devendo o Poder Executivo, em sessenta dias, baixar ato para sua regulamentação, tendo o veto apostado incidido sobre as disposições dos §§ 1º e 4º, do art. 1º.

O § 1º do referido artigo não pôde ser sancionado face a impropriedade material contida em seu texto, que, se acatada, desvirtuaria substancialmente a natureza do pretendido FUNSAÚDE. Ao dotá-lo de personalidade jurídica, gerou-se acentuada dubiedade em sua conceituação, eis que os "fundos" são, unicamente, de natureza contábil, não podendo, portanto, lhes ser atribuída personalidade jurídica.

O § 4º não pôde merecer sanção, tendo em vista que a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que versa sobre a organização da saúde, dispõe, em seu art. 15, inciso II, que a administração dos recursos orçamentários e financeiros desti-

nados, em cada ano, à saúde, compete ao Estado.

Essas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 761/93 encontra-se publ. no D.A. nº 178/93, de 14.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 09/94

P A R E C E R:

O Executivo vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 761/93, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público.

Foram cumpridas as exigências Legais e Regimentais.

A matéria, portanto, está em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 373/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que proíbe a vendas de produtos que tenham solvente orgânico a menores de dezoito anos no território do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 580/93

Curitiba, 27 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 507/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 373/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo proibir a venda de produtos que contenham solvente orgânico, a menores de dezoito anos, prevendo, ainda, formas de acondicionamento e comercialização de tais produtos e impondo sanções aos estabelecimentos comerciais infratores.

Embora louvável a preocupação do autor, buscando coibir o uso indevido dos mencionados produtos, não foi possível a

sanção do projeto de lei em apreço, por apresentar impropriedades formais e materiais que inviabilizariam totalmente a aplicabilidade da norma decorrente. No art. 1º reside o ponto central da questão, que é a proibição da venda, a menores de dezoito anos, de produtos que contenham os tais solventes. A norma é por demais genérica, pois não distingue os produtos que contenham índices toxicidade irrelevante e os que apresentam baixos teores em sua formulação, não chegando a ser nocivos à saúde.

Outro aspecto que tornaria a lei inócua refere-se à aplicação das sanções previstas e às obrigações impostas aos fabricantes dos questionados produtos.

O projeto impõe sanções administrativas somente aos estabelecimentos comerciais infratores, porém o maior de 18 anos, poderá adquirir qualquer quantidade do produto e redistribuí-lo livremente a menores sem qualquer embargo.

Quanto à segunda afirmativa, não haveria possibilidade de se dar cumprimento, uma vez que ao Estado não compete fixar normas legais com eficácia externa a sua jurisdição, o que vale dizer que não se pode, por lei local, gerar obrigações aos fabricantes de produtos que contenham solvente orgânico de outros estados e mesmo do exterior.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 373/93, encontra-se publ. no D.A. nº 104/93, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 13/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 373/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que proíbe a venda de produtos que contenham solvente orgânico a menores de dezoito anos no território do Estado do Paraná.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSE ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº

016/94. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que fica o Poder Executivo Estadual autorizado na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 582/93

Curitiba, 27 de dezembro e 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 545/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 039/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a reduzir a alíquota do ICMS, para até 7%, incidente na comercialização de pedra-brita e areia utilizadas na construção de moradias populares no Estado.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque afronta o mandamento contido no art. 155, § 2º, inciso XII, letra "g", da Magna Carta da Nação, o qual, combinado com as disposições de Lei Complementar Federal nº 24/75, veda a possibilidade de isenções e benefícios fiscais de qualquer natureza e, obviamente, também a redução tributária ora pretendida.

Estas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 39/93, encontra-se publ. no D.A. nº 08/93, de 02.03.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL
PROPOSIÇÃO Nº 16/94

P A R E C E R:

A presente proposição veta o Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que objetiva autorizar o Poder Executivo, a reduzir e 7% (sete por cento) o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através do ofício DTL/SAT nº 582/93.

Procedida a análise constitucional e

Curitiba, terça, em 05.04.94

regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos no parágrafo 1º, do art. 71, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 569/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/93, que altera disposições da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 594/93

Curitiba, 29 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 562/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 569/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece "o regime jurídico dos funcionários cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná".

Embora o Projeto de Lei em causa tenha sido por mim proposto através da Mensagem nº 61/93, de 27 de setembro de 1993, a medida tornou-se flagrantemente inconstitucional, em face de Emendas supressivas, modificativas e aditivas apresentadas e aprovadas por essa Augusta Casa. A inconstitucionalidade apontada decorre do fato de que as mencionadas Emendas afrontam o art. 68, inciso I, da Constituição Estadual, que veda emendas de tal natureza nos projetos cujo início do processo legislativo seja de competência privativa do Governador do Estado, valendo lembrar que a referida Mensagem nº 61/93 foi expressamente proposta sob amparo na privatividade de iniciativa governamental (art. 66, I e II, da CE).

Essas emendas, que me levaram a apor veto total, mutilaram e desnaturaram de tal forma a substância da versão original a ponto de, sequer, permitirem aposição de vetos parciais.

Oportunamente e após concluídos rees-

tudos que determinei à Secretaria de Estado da Administração realizar, submeterei novamente o assunto à apreciação dessa Assembléia Legislativa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 569/93, encontra-se publ. no D.A. nº 133/93 - Mensagem, de 29.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 20/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Poder Executivo, após veto integral ao seu próprio Projeto de Lei sob nº 569/93, que objetivou alterar dispositivos da Lei 6.174 de 16/11/70, sob regime jurídico de funcionários civis do Estado, não aceitando as emendas propostas pelo Legislativo.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição do Estado, merecendo, portanto, acolhida por esta Comissão de Constituição e Justiça, ao que emitimos parecer favorável, ressaltando que caberá ao Plenário a manifestação a respeito do mérito do presente veto.

Sala das Comissões, em 12.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 324/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do Parágrafo 2º, do art. 12 e do inciso V, do artigo 23, ambos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976. (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 004/94

Curitiba, 10 de janeiro de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 589/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 324/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo reformular o Qua-

dro de Oficiais da Polícia Militar do Estado, no tocante aos postos de Oficiais Médicos, Dentistas, Veterinários e Bioquímicos. Prevê, ainda, a criação de vagas nos respectivos postos e, alteração do Anexo 01, da Lei nº 9.507, de 28 de dezembro de 1990.

O plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que conflita com as disposições do art. 66, da Constituição Estadual, que atribui ao Governo do Estado iniciativa privativa para a propositura de leis que disponham sobre a criação de cargos na esfera do Poder Executivo, bem como sobre a organização das Polícias Civil e Militar. Além do que, as Polícias Militares são organizadas com base em Legislação Federal. No Decreto-Lei nº 2.010/83 e Decreto Federal nº 88.777/83, há exigência de parecer prévio da Inspeção Geral das Polícias Militares nas matérias que versem sobre alteração nos quadros das aludidas corporações, devendo ser lembrado que a inconstitucionalidade da medida torna-se ainda mais grave ante o disposto no art. 22, inciso XXI, da Carta Magna da Nação, onde está expressa a competência privativa da União para estabelecer normas gerais de organização e de fixação dos efetivos das Polícias Militares.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 324/93, encontra-se publ. no D.A. nº 88/93, de 30.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 023/94

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices à normal tramitação da proposição de veto 023/94 aposto ao Projeto de Lei 324/93 de autoria do Deputado Nelson Justus que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do parágrafo 2º, do art. 12 e do inciso V, do artigo 23, ambos da Lei 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná).

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, só a permissão para anunciar a presença prestigiando a sessão

do Prefeito Luiz Pontes, do Presidente da Câmara Municipal, Dalmir Turmenan, Secretário Geral da Prefeitura, Neldir Jaquine e também do Presidente do PMDB, o companheiro Macanhã, do Município de Cruzeiro do Iguaçu, que desmembrou do nosso querido Município de Dois Vizinhos, com os quais temos boas relações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Fica registrada a presença.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) -
Procede a Chamada Nominal.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, solicitaria a Vossa Excelência que reiniciasse a votação desses vetos, porquanto o Senhor Deputado Orlando Pessuti, não está presente e um funcionário da Casa colocou a cédula na respectiva urna.

Voto de maneira irregular.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) -
Participo a Vossa Excelência que foi o meu voto.

Vamos reiniciar a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) -
Procede a Chamada Nominal para votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) -
Votaram 45 (quarenta e cinco) Senhores Deputados.

Convoco os Deputados Nelson Justus, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Zuk, para comporem a Comissão de escrutinação.

Votaram 45 Senhores Deputados.

Pela manutenção de veto. SIM: 21 votos.

Pela rejeição aos vetos. NÃO: 20 votos.

Branco: 4 votos.

Estão rejeitados os projetos e mantidos os vetos.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 095/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 391/93

Curitiba, 30 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 413/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 296/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo criar o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado, com sede em Cianorte e área de abrangência envolvendo vários municípios daquela Região.

Prevê também a destinação de recursos orçamentários, por um período de cinco anos, para implementação de tal medida e visa adotar outras providências.

O Plano de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade uma vez que impõe certas obrigações ao Governo do Estado que afetam diretamente as atribuições e estrutura dos órgãos do Poder Executivo responsáveis pela criação dos pretendidos programas e projetos especiais de desenvolvimento industrial, referidos em seu art. 2º.

Desta forma transgredir os preceitos do art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, que atribui ao Governador do Estado iniciativa privativa para a propositura de tais matérias.

Outro fator que inviabiliza a sanção refere-se à destinação de recursos orçamentários para os fins de que trata a pretendida lei, conforme expressa seu art. 3º. Neste aspecto, cabe lembrar que a norma proposta encontra barreira no art. 133 da já referida Constituição Estadual, o qual determina que a propositura de leis referentes à matéria orçamentária são de iniciativa do Poder Executivo.

Já o § 2º, do supracitado art. 133, determina que nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual.

No que tange à alegação de que o Projeto também é contrário aos superiores interesses públicos, cabe transcrever informação da Secretaria de Estado do Planejamento que assim expressa:

... "Entende-se que o instrumento "Distrito Industrial" não é o adequado para criação de programas e projetos especiais de desenvolvimento industrial, objetivando a implantação de pequenas e médias empresas em municípios.

Em passado recente, existiu uma proliferação de distritos industriais, nos mais diversos municípios brasileiros, o que absorveu vultosas somas de escassos recursos do setor público, sem que os objetivos de tais iniciativas tivessem sido alcançados.

O resultado concreto de tal política foi a montagem de diversas infra-estruturas

ras, para a atração de investimentos privados, que ficaram ociosas, enquanto os municípios, enfrentavam carências de outras iniciativas do setor público, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida de seus municípios....

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 296/93, encontra-se publ. no D.A. nº 84/93, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 095/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela, traz o veto aposto ao Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOSE ARTHUR RITTI - Relator

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia a Proposição nº 095/93, item 02, da presente sessão ordinária. **Aprovado.**

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui Programa Estadual de Prevenção da saúde bucal escolar no Paraná, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 407/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/93, dessa Presidência do Ofício nº 384/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 021/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná, em toda rede de ensino, a partir do ano letivo de 1994, disciplinando, ainda, sua implantação e desenvolvimento.

A negativa de sanção ao referido plano de lei, que embora verse sobre programa de natureza sanitária, decorre de vício de inconstitucionalidade, tendo em vista o preceituado pelo artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador a iniciativa privativa do processo legislativo sobre matérias que versem sobre atribuições das Secretarias do Estado, e pelo art. 133, da mesma Carta, o qual estabelece que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual.

Neste aspecto, cabe esclarecer que não há a inclusão de tal programa na Lei nº 10.394, de 15.07.93 - Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1994, nem, tampouco no Orçamento Plurianual 1992/1995.

Embora não se possa deixar de reconhecer a importância e o elevado alcance social da medida proposta, seus efeitos, caso convertida em lei, se tornariam inócuos por forçosa inaplicabilidade.

É indiscutível que a orientação para a prevenção da cárie dentária é válida e até necessária, porém, dirigida no sentido de indicar dieta alimentar ideal, visitas periódicas ao dentista, selamento, uso de fluor, e controle do uso do açúcar refinado, como estabelece o projeto, são medidas, se não utópicas certamente impossíveis de serem adotadas pela maioria da população, cuja renda mal permite a sobrevivência familiar, quanto ao fornecimento, pelo Estado, de "kits" contendo pasta e escovas de dentes, vale repetir que, inexistem recursos financeiros para tal, considerando as vultosas importâncias que seriam necessárias e que, sem sombra de dúvida, iriam causar prejuízos significativos a outras metas prioritárias da Educação, como, por exemplo, a oferta integral de vagas escolares à clientela de 1º e 2º graus da Rede Oficial de Ensino, o que bem caracteriza a contrariedade da matéria aos superiores interesses públicos.

Por outro lado, não pode se configurar como ação de didática curricular.

A escola deve oportunizar educação geral e específica completa. Como tema, já permeia os currículos escolares, sendo amplamente divulgado por todos os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 21/93, encontra-se publ. no D.A. nº 04/93, de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 105/93 (VETO)

P A R E C E R:

O Executivo vetou o Projeto de Lei nº 021/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Foram cumpridas as exigências Legais e Regimentais.

A matéria, portanto, está em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/94, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 565/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 581/93

Curitiba, 27 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 539/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 565/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que, para os efeitos da aposentadoria de que trata o art. 35, inciso III, alínea "b", da Constituição Estadual, considerar-se-á como de efetivo exercício nas funções de magistério as atividades docentes a qualquer título, as técnicas-pedagógicas e outras específicas dos demais especialistas em educação, exercidas em estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus e, inclusive, em funções de Secretaria, biblioteca e diretoria. Visa, também, idêntico benefício ao período em que o servidor público ocupar cargo de representação associativa ou sindical do Quadro Próprio do Magistério Público Estadual.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, porque afronta os mandamentos contidos no art. 66, inciso

Curitiba, terça, em 05.04.94

II, da Carta Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva".

Por oportuno, é anexada cópia autêntica de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, que demonstra detalhadamente outros aspectos da inconstitucionalidade da medida, assim como aponta vasta jurisprudência firmada através de recentes Acórdãos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 565/93, encontra-se publ. no D.A. nº 131/93, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 15/94

P A R E C E R:

A presente Proposição veta projeto de lei que dispõe sobre aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências, e que foi comunicado a este Poder através do Ofício DTL/SAT nº 581/93.

Procedida a análise regimental e constitucional da presente Proposição a encontramos dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs. 21/93 e 565/93, que foram objeto de apreciação do Poder Executivo, Proposição nºs. 105/93 e 015/94. **Aprovado.**

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 116/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 250/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, que dispõe sobre a comercialização, classificação e

recebimento do Fumo na Fonte de Produção e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 418/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 466/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de lei n° 250/93, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a comercialização, classificação e recebimento do fumo de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas empresas e firmas industriais, exportadoras e de comercialização em geral, serão efetuadas na fonte de produção, com a participação do produtor-vendedor e da empresa ou firmas compradoras, conforme específica e adota outras providências.

Embora se reconheça a louvável preocupação de seus autores o projeto de lei em causa não pôde merecer acolhimento por ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, porque, pela forma como está posto, enseja interpretações dúbias, não apresentando, portanto, as necessárias condições de exequibilidade.

A adiante transcrita informação prestada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento apresenta mais detalhada argumentação dando conta da necessidade de veto à medida:

"Em atenção ao seu pedido sobre o Projeto de Lei n° 250/93 - Classificação e Comercialização de Fumo, informamos que esta Secretaria já se posicionou por ocasião da tramitação do referido Projeto e enviou para a Assembléia Legislativa as seguintes considerações:

a) O artigo 4º obriga as empresas integradoras a comprarem toda a produção, proposta que nos parece exagerada e conflitante com os princípios da economia de mercado. Tal medida, além do duvidoso caráter legal, permitiria aos produtores rurais promover uma indefinida ampliação da produção, eventualmente sem mercado. O que nos parece correto é que as empresas fumageiras honrem, integralmente, os contratos, adquirindo toda a produção previamente pactuada. Aliás, algumas empresas já negociam os novos contratos estipulando, inclusive, o número de pés a ser cultivado pelo produtor, para evitar a ampliação da área de cultivo ou o aumento da densidade de plantas por hectare.

b) O teor do artigo 5º merece uma res-

salva. Nem só fumicultores se intoxicam nem a intoxicação tem origem só na produção de fumo. Pode ser questionada a legalidade das empresas arcarem com o ônus de tratamento médico-hospitalar. Obviamente, é recomendável adoção de providências para proteger a saúde dos produtores e dos trabalhadores rurais, envolvendo, inclusive, programas de treinamento e, se for o caso, de seguro-saúde.

c) Caso haja discordância de classificação do fumo, a CLASPAR, empresa vinculada a esta SEAB e especializada em classificação, está sempre à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Informamos que, durante o período de classificação a CLASPAR já vem mantendo um técnico junto à principal empresa compradora (SOUZA CRUZ) na unidade industrial de Rio Negro - PR."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 250/93 encontra-se publ. no D.A. n° 110/93, de 16.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 116/93

P A R E C E R:

O Veto aposto ao Projeto de Lei n° 250/93, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, foi aposto dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, do item 07, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 250/93, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do veto aposto ao Projeto de Lei n° 250/93, por 10 (dez) Sessões.

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 018/94, veto aposto ao Projeto de Lei n° 084/92, de autoria do Poder Executivo Estadual, a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa Rural". COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Curitiba, 10 de janeiro de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 530/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 084/92, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a construir e financiar moradias, no sistema "Casa Rural", no âmbito do Estado, estabelecendo requisitos para o funcionamento, bem como formas de pagamento das respectivas prestações.

O plano de lei em referência, embora revestido de significativa importância social, não pôde merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que conflita com os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual, que vedam o início de novos programas sem previsão orçamentária, e é evidente que seriam necessárias vultosas somas de recursos para dar suporte a semelhante empreendimento, e que atualmente são indisponíveis. Pela própria magnitude do plano e pela sua projeção temporal, já que é de execução permanente, mesmo por imperativo constitucional, calcado nos dispositivos supramencionados, teria, forçosamente, que estar previsto no Orçamento Plurianual de Investimentos e mesmo na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Porém, vale frisar que o veto aqui apostado, não significa despreocupação do Governo com relação à carência de um sistema de financiamento habitacional ao homem do campo, apenas, no momento inexistem recursos, bem como previsão orçamentária para tal, como já foi dito, todavia, estudos poderão ser realizados para que, num futuro próximo, a pretensão do autor do presente plano de lei venha a ser efetivada.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 084/92, encontra-se publ. no D.A. n° 29/92, de 07.04.92.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 18/94

P A R E C E R:
A Proposição em tela traz o veto apos-

Curitiba, terça, em 05.04.94

to ao Projeto de Lei n° 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema Casa Rural.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Proposição de Veto n° 018/94, item 19 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 03/94, de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que aprova o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção, da usina hidrelétrica de Salto Caxias, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.E.M.A.. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL, APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda Supressiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 03/94

Suprime-se o Art. 2º do Substitutivo Geral.

Sala das Sessões, em 05.03.94.

(aa) RENATO ADUR

Apoiamento: Nelson Garcia, Toti Colaço, Severino Félix, Nilton Barbosa, 1 ilegível.

Encaminhamos à C.C.J. e Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto n° 6.627/90 para a instalação do Hospital do Servidor Público Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário do PT.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Quero encaminhar o seguinte projeto, colocando a posição do PT.

Somos contrários a transferência do

Instituto Ambiental do Paraná para o Município de Piraquara, naquela área onde estava se contruindo um hospital. Entendemos que isso significa aumento dos gastos, tanto por parte do Governo como por parte dos funcionários para se locomoverem até aquela localidade.

Entendemos que a transferência para lá significa piora na qualidade de vida no cotidiano daqueles funcionários, devido ao aumento da distância de casa até o serviço, maior tempo de disposição a serviço do patrão - uma vez que na hora em que sai de casa para ir até o serviço, já se considera como fazendo parte do trabalho - a diminuição do tempo de lazer e conseqüentemente o afastamento da família, da mulher e dos filhos.

Agora, por outro lado, nós do PT, somos defensores do SUS. Entendemos que deve ser construído em nosso país, um Sistema Único de Saúde igualitário, onde todas as categorias, seja servidor público, seja trabalhador rural, metalúrgico, o que for, tenham todos os seus direitos em atendimento à sua saúde, sem que nenhuma dessas categorias goze de privilégio, e entendemos que investir verba do erário público, do tesouro para a construção de um hospital para atender uma única categoria - seja ela servidor, seja ela metalúrgico ou seja ela trabalhador rural - significa privilegiar essa categoria em detrimento das demais. E a Lei Orgânica da Saúde e a Constituição rezam que o atendimento à saúde deve ser: igualitário, independente de sexo, de raça e sem nenhum tipo de privilégio.

Então a razão de votarmos contra é que, por princípio, nós do PT, defendemos o Sistema Único de Saúde Igualitário, sem privilégio.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado o voto contrário do PT e está aprovado o Projeto de autoria do Deputado Colombino Grassano.

ITEM 24

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 743/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina de Rodovia Helmut Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão/Quinta do Sol/Fênix, até o Rio Corumbataí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.

Sobre o referido projeto, emenda Corretiva de Plenário de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Ernani Pudell, Rossoni e demais Senhores Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 743/93

Na súmula do Projeto de Lei, onde se lê "DENOMINA RODOVIA HELMUT SONTAG..."

Leia-se "DENOMINA RODOVIA HELMUTH SONTAG..."

Sala das Sessões, em 05.03.94.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, ERNANI PUDELL, ROSSONI, EMILIA BELINATI, COLOMBINO GRASSANO, PAULO MAIA e NAMIR PIACENTINI

Encaminhamos à C.C.J..

ITEM 25

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 757/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a BR-277, Vila União no Município de Cêu Azul ao Município de São Pedro do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 26

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 33/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a criação da CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 27

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 039/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas com sede e foro em Terra Roxa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 28

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 056/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 011/94, que altera o Art. 2° da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, para modificar a Redação de seu § 2° e acrescentar-lhe um novo Parágrafo (§ 3° - Funcionários). PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido Projeto, emenda Substitutiva de Plenário de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 056/94

Substitua-se na proposição em epígrafe os §§ 2° e 3° pela seguinte redação:

"§ 2° - O contrato, improrrogável, terá prazo máximo de dois anos, sendo vedada a recontração.

§ 3° - Em caso de prevalecer a neces-

sidade de serviço, o Estado obriga-se a realizar concurso público para o preenchimento efetivo das vagas."

Sala das Sessões, em 05.03.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoio: Domingos Carvalho, Paulo Maia e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta visa atender aos ditames da Constituição Federal, Lei Maior desta República, que, infelizmente, não foram devidamente observados na elaboração da Emenda nº 2 à Constituição Estadual, apesar de também serem preconizados na Carta do Estado.

Cumprir notar que as Constituições impõem a condicionante, para contratação por tempo determinado, de necessidade temporária de excepcional interesse público. Logo, trata-se de situação anônima. E como o interesse público, exige em momento especial, um momento incomum, a absorção urgente de mão-de-obra para atender a situação emergencial, o legislador permitiu a contratação por este tempo excepcional.

Em suma, é apenas uma exceção aberta à admissão funcional sem concurso público, este imposto como condição de ingresso à Administração.

Portanto, a lógica veda prorrogações e recontrações, sob pena de burla à obrigatoriedade de submissão ao regime jurídico único, nos termos do art. 39, da Constituição Federal, do pessoal necessário ao atendimento das necessidades permanentes da administração pública direta, autárquica e fundacional pública, inclusive à regra do concurso público, conforme dispõe os arts. 37, II, da Constituição Federal e 27, II da Estadual.

O texto proposto pelo Executivo afronta estes ditames constitucionais, vez que permitindo a renovação até o prazo máximo, dois anos, está depreciando o caráter excepcional da contratação. Quatro anos ao todo é inclusive, o dobro de tempo que a Administração Pública impõe ao estágio probatório.

A obrigatoriedade de concurso público foi introduzida na Constituição com finalidades claras. Como bem diz o mestre administrativista Hely Lopes Meirelles em sua obra "Direito Administrativo Brasileiro", 15.^a edição, pág. 370:

"O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam os requisitos da lei, consoante determina o art. 37, II, a Constituição da República.

Pelo concurso se afastam, pois, os

Curitiba, terça, em 05.04.94

ineptos e os apaniguados, que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e falta de escrúpulos de políticos que se alçam e se mantêm no poder, leiloando empregos públicos."

Assim, em nome do escopo da Administração pública, por seus princípios basilares e constitucionais como dispostos no art. 37 da Lei Nacional, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, principalmente os que não se identificam com o protecionismo ou qualquer espécie de corporativismo, que aprovem a presente emenda substitutiva.

Encaminhamos à C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento nº 639, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 641, de autoria do Senhor Deputado Hermes Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 659 e 674, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 657, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 640, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 642, 655 e 675, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 643 e 644, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 645, 650 a 653 de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 654, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 658, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 664 a 668, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 663, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

Requerimento nº 669, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, com apoio da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 672, de autoria do Senhor Deputado Hélio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 673, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, com apoio da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 670, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 678-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. A matéria acha-se publicada no final desta ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 022/94, 027/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 398/93, 531/93, 609/93, 044/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL DE 1994.

"IV MÜNCHEN FEST"

Valeu a pena?

Luiz Carlos Castilho

O vereador Delmar José Pimentel, exercendo em sua plenitude, o papel de representante da população na defesa de seus interesses, realizou um grande trabalho, digno de elogios, ao verificar detalhadamente os resultados financeiros da IV München Fest, realizada no final do ano passado, e que foi considerada pelo prefeito Paulo Cunha Nascimento, e por sua equipe, como um grande sucesso.

O trabalho de Delmar, que é apresenta-

do em matéria especial na edição deste domingo, pelos números a que chegou, depois de exaustivos cálculos, vem para demonstrar que tal sucesso na verdade, não existiu, ao contrário, um resultado decepcionante, tanto pelo prejuízo que a München deu aos cofres públicos, como pelo desperdício de dinheiro da população, por seus impostos e que foi parar nas mãos de poucos.

O próprio vereador admite que seus cálculos e números podem não estar totalmente corretos, mesmo porque a Matemática que é exata, não consegue acompanhar a inflação brasileira.

Mas, pela afirmação de Delmar, que seus números estão o mais próximo possível da realidade, se torna perfeitamente justificável o questionamento à realização da Festa Nacional do Chopp Escuro.

Ela é realmente válida? Qualquer afirmação positiva pode esbarrar no campo da verdade. Como pode ser válida uma promoção que dá pelo menos 63 milhões de cruzeiros reais de prejuízo?

Uma promoção cujo capital de investimento é o dinheiro dos impostos e que permite que a maior parte da arrecadação saia do Município, gerando outros prejuízos incalculáveis isto, sem contar os verdadeiros escândalos praticados, com o pagamento de três apresentadores de palco, que, juntos, ganharam, por dez dias de trabalho, algo em torno de 160 salários mínimos. As mordomias, o esbanjamento de dinheiro público no camarote do prefeito, o exagero nos gastos com limpeza do Centro de Eventos, o fato de que o Município poderia ter economizado, ou deixado de gastar perto de 100 mil dólares, e tantos outros questionamentos que se fazem, a partir do levantamento feito por Delmar Pimentel, deixam a população preocupada com o destino da arrecadação gerada pelos impostos, que são pagos. Mas, todos os números, todo o detalhamento financeiro da 4.^a München, estão na matéria especial, que pode ser lida e analisada. Já tivemos a oportunidade de fazer tal análise.

A idéia não é nova e, por uma questão de justiça, que sejam citados os seus primeiros mentores, o radialista Jocelito Canto e o jornalista, aqui da Casa, Léo Passeti. Mas, deve ser reforçada, a partir de que, pelo que se percebe, o Município não tem condições de administrar um evento de tamanha envergadura. Não seria o momento mais propício para se pensar em privatizar a München Fest? Talvez, uma empresa, organizada, bem intencionada, com pessoas competentes, pudesse assumir a realização da próxima München, obtendo considerável lucro e, ainda, aumentando a arrecadação do Município. Teria que ser uma empresa com as qualidades que a equipe escolhida

pelo prefeito municipal, para organizar a festa, não teve. Depois, ao que parece, os principais pontos da festa já estão privatizados. O chopp é vendido por uma empresa particular, que paga comissão ao Município. A Prefeitura exigiu que a empresa, que contratou artistas, arcasse com todas as despesas, como viagem, alimentação, hospedagem e outras. Não deixa de ser, também, uma forma de privatização. Outra firma cuidou do estacionamento; outra, da limpeza, outra da segurança. Então, que se abra concorrência e se entregue toda a organização a um particular que, com certeza, não tendo o dinheiro público à disposição, realizará um trabalho mais sério e organizado, sem o risco de prejuízos.

Falando em prejuízos, não foi somente financeiro o déficit de IV München Fest. Se analisarmos o desempenho da atual administração, durante todo o ano de 1993, a conclusão será de que o prefeito Paulo Cunha foi, na verdade, o presidente de uma grande comissão organizadora da München. Talvez entendendo se tratar de uma questão de honra, a administração municipal teve seus olhos, seus trabalhos, seu tempo, tudo voltado para a festa. A cidade festejou, "curtiu", mas ficou parada, aguardando, o ano todo, a realização da festa. Um ano inteiro dedicado a uma festa que deu prejuízo. E que não foi pequeno.

Mas, houve quem defendesse a tese de que festa não é para dar lucro. Em não

sendo, não se justifica o prejuízo, também. Disseram que o importante é que Ponta Grossa foi divulgada em todo o País. E foi. Claro que a divulgação toda foi paga, o que tira qualquer vantagem. E, se o dinheiro aplicado na festa fosse investido no Parque de Vila Velha e na sua divulgação? O resultado talvez fosse mais positivo, pois um ponto turístico, como é Vila Velha, proporciona a vinda de turista o ano inteiro, melhora o movimento do comércio, da rede hoteleira, é melhor para a cidade, enfim, sob todos os aspectos. Não estaríamos da iminência de perder a autonomia sobre Vila Velha. Bem como se o secretário de Indústria e Comércio, não tivesse se dedicado tanto e tão somente à München, talvez não tivéssemos perdido a Antarctica e ela estivesse com a cidade, com seus empregos, seus impostos e não somente na festa do chopp, buscando o dinheiro do pontagrossense, usando, de novo, a cidade. Que a validade da München Fest é questionável, não há dúvida. Ela é importante para a Cidade? Se não der prejuízo, se houver responsabilidade, bom senso, se poucos não ficarem com o dinheiro de muitos, pode ser importante. Assim como está, não pode ser. Questão de honra, não é fazer uma festa. É administrar com capacidade. Afinal, na campanha política, a proposta não era de fazer festa, mas de cuidar dos interesses reais da população. Que se cumpram as propostas da campanha.